



Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal De Rondônia
Campus De Ji-Paraná
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS
Curso de Pedagogia

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC ADAPTAÇÃO E CONVALIDAÇÃO:
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

(Adaptação do PPC vigente, aprovado pelo PARECER N° 249/CGR, de 22/03/2002
e sua convalidação para as turmas ingressantes e cursantes desde 2002-2 até
2018-1)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - DCHS

Campus de Ji-Paraná

Ji-Paraná/RO – maio de 2017/fev de 2018



Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal De Rondônia
Campus De Ji-Paraná
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS
Curso de Pedagogia

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC ADAPTAÇÃO E CONVALIDAÇÃO:
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**



Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal De Rondônia
Campus De Ji-Paraná
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS
Curso de Pedagogia

Nosso reconhecimento à
Equipe e Colaboradores na (re)escrita deste PPC CONVALIDAÇÃO:

Docentes:
Alberto Dias Valadão
Ednéia Maria Azevedo Machado
Gustavo Piovezan
Isaura Isabel Conte
Joselia Gomes Neves
Justo Nelson Escudero
Neidimar Vieira Lopes Gonzales
Naiara dos Santos Nienow
Paulo Cesar Gastaldo Claro
Paulo Sérgio Dutra
Patrícia Soares de Maria de Medeiros
Reginaldo de Oliveira Nunes
Rosiane Ribas de Souza Eler

Demais Docentes substitutos e colaboradores do DCHS e
do Curso de Pedagogia – UNIR de Porto Velho

Todos os Estudantes de ontem e de hoje do curso!

Técnicos colaboradores:
Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias
Marconi Henrique Xavier da Costa
Nagila Bandeira
E demais técnicos que contribuíram

Coordenadora e Organizadora:
Professora Irmgard Margarida Theobald

Orientação Técnica - Diretoria de Regulação Acadêmica – PROGRAD:
Verônica Ribeiro da Silva Cordovil

Ji-Paraná, RO – maio de 2017/fev de 2018

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	7
1.1 Contextualização da Universidade Federal de Rondônia (texto adaptação)	7
1.2. Contextualização da realidade econômica e social de abrangência do Campus (texto adaptação).....	8
2 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	8
2.1. Objetivos do Curso (texto original).....	8
2.1.1. Objetivos do Curso (texto adaptação).....	8
2.2 Concepção do Curso (texto adaptação).....	9
2.3. Justificativa	10
2.3.1 Justifica (texto original)	10
2.3.2. Justificativa (texto adaptação).....	12
2.4 Legislação	12
2.4.1 Embasamento legal (texto original)	12
2.4.2 Legislação (texto adaptação)	13
2.5 Perfil do Egresso	15
2.5.1 Perfil do Egresso (texto original)	15
2.5.2. Perfil do egresso (texto adaptação)	16
2.6. Perfil do Curso (texto adaptação).....	16
2.6.1 Contextualização e funcionamento do curso (texto adaptação).....	16
2.7. Estrutura Curricular	18
2.7.1 Da organização da matriz curricular (texto original)	18
2.7.2 Da organização das componentes curriculares (texto adaptação).....	20
2.7.3 Dados complementares à estrutura curricular (texto adaptação).....	22
a) LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais: (texto adaptação).....	22
b) Estudos referentes à temática das relações etnicorraciais: (texto adaptação)	23
c) Do ementário conforme Resolução 278/CONSEA	23
d) Alterações na grade (texto adaptação).....	56
e) Descrição dos requisitos para integralização de currículo (texto adaptação).....	56
f) ENADE- Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (texto adaptação).....	56
c) Atividades Complementares (texto original).....	56
2.8 Representação gráfica da formação do egresso.....	58
2.9 Avaliação e metodologia de ensino	60
2.9.1 Da avaliação institucional (texto adaptação).....	60
2.9.2.1. Avaliação do processo ensino-aprendizagem (texto original)	60
2.9.2.2 Da avaliação do acadêmico (texto adaptação)	60
3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO	62

3.1 Gestão administrativa e acadêmica do curso (texto adaptação).....	62
a) Dados da estrutura o Chefe e Vice Chefe (texto adaptação).....	62
b) Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) (texto adaptação).....	62
3.2. Recursos humanos (texto adaptação).....	63
3.2.1. Corpo docente (texto adaptação).....	63
3.2.2. Corpo discente (texto adaptação).....	69
3.2.3. Técnicos Administrativos (texto adaptação).....	69
4. INFRAESTRUTURA (texto de adaptação).....	69
a) Descrição da estrutura administrativa do curso (texto adaptação).....	69
b) Descrição do suporte administrativo do campus (texto adaptação).....	69
c) Equipamentos e laboratórios (texto adaptação).....	70
d) Biblioteca (texto adaptação).....	70
e) Infraestrutura básica utilizada no ensino (texto adaptação).....	70
f) Acessibilidade (texto adaptação).....	70
5. BIBLIOGRAFIA.....	72
6. ANEXOS E APÊNDICES.....	75
APÊNDICE A.....	75
ANEXO A.....	76
ANEXO B.....	78
ANEXO C.....	118
ANEXO D.....	123

APRESENTAÇÃO

Decidimos escrever essa nota introdutória com a finalidade de facilitar a compreensão do leitor. O texto é composto por duas grafias, uma original e uma de adaptação. A original data de 2002, a de adaptação consiste na confecção de textos que se justificam ou pela ausência ou pela necessidade de alteração na grafia original, ou ainda por algum tipo de complementação exigida por normativas. Nesse sentido, ambas grafias devem ser avaliadas em conjunto, pois são uma única obra, de natureza adaptativa. Vale dizer: não se trata da reformulação do curso, com todas as adequações necessárias ao seu funcionamento.

A história da reformulação do curso remonta o processo N° 23118.001217/2012-67, de 2012. Tal processo recebeu diligência, pois estava em desacordo com a normativa da unir que regulava o modelo de apresentação e os dados que deveriam constar no Projeto Político de Curso. Este projeto foi retomado em 2015, com Núcleo Docente Estruturante (NDE). Este processo segue apensado para finalização e arquivamento.

O texto que se seguirá, sob o número de protocolo 23118.003920/2017-14 e nomeado PPC original, foi confeccionado para adaptar e validar a realidade do curso de Pedagogia de 2002 até a turma ingressante no ano de 2017. Feito isto, tramitaremos o processo que denominamos PPC Reformulação (N° 23118.003929/2017-25). Dito de outro modo, descobrimos que para confeccionar o PPC Reformulação, com todas as adequações legais ao funcionamento do curso, era necessário adaptar a grafia de 2002 aos moldes da Resolução 278 CONSEA, de 04 de Junho de 2012.

Foi imperativo, para a confecção dos dois processos, pesquisas nos arquivos do Departamento de Ciência Humanas e Sociais, da Pró-reitora de Graduação, da Secretaria de Registro Acadêmico, além de consultorias in loco com a procuradora educacional da instituição, Verônica Cordovil, que somaram cerca de dois anos de trabalho. Finalmente, finalizamos este aqui e é provável que, no momento da leitura deste processo, o PPC Reformulação ou é finalizado ou já se encontra em trâmites pelas câmaras universitárias.

Por isso, caro leitor, este processo de adaptação e convalidação tem uma grande quantidade de anexos. O texto em si, se comparado a outros projetos de curso, está na média. Entretanto, em função do conteúdo de informações solicitadas pela Resolução 278/CONSEA e do conteúdo presente na grafia de 2002, foi efetivada uma gama de alterações necessárias à adaptação e, então, à convalidações de atos. Tais alterações, para convalidação, devem ser comprovadas, e seus comprovantes estão todos anexados.

Uma última nota se faz necessária: tendo em vista que a escrita do texto precede a montagem da peça, tivemos que adotar um padrão de referência na grafia do PPC, o qual implica no processo de verificação documental. Para conferir as referências fizemos uma paginação particular em cada anexo, que se encontra em vermelho, à mão, no canto direito inferior de cada página. Assim, caso queira verificar uma referência no PPC original tal como “Anexo B, p. 20”, basta procurar o Anexo B e identificar o número 20, em tinta vermelha, para ler o documento que comprova a referida afirmação.

Boa leitura.

Ji-Paraná, 19 de Fevereiro de 2018.
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO:

1.1 Contextualização da Universidade Federal de Rondônia (texto adaptação):

Dados da Mantenedora – Sede Administrativa

Razão Social: Fundação Universidade Federal de Rondônia

Código da Mantenedora: 15587

CNPJ: 04.418.943/0001-90

Base legal da IES (Ato de Criação) Lei nº 7011, de 08/07/82.

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal

Endereço: Avenida Presidente Dutra, nº 2965, Centro.

CEP: 76801-974

Município: Porto Velho UF: RO

Telefone: 69 2182-2020

E-mail: reitoria@unir.br

Campus de Ji-Paraná

CEP: 76900-726 UF: RO Município: Porto Velho

Rua Rio Amazonas, 351, Jardim dos Migrantes

Telefone(s): (69) 3416-7900

Site: www.jiparana.unir.br E-mail: diretoriajp@unir.br

Categoria Administrativa: Pública Federal

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é instituição pública de Educação Superior criada pela Lei n.º 7011, de 08 de julho de 1982, que integra o Sistema Federal de Ensino, nos termos da Lei 9.394/96. Possui uma estrutura Multi campi, com sede na cidade de Porto Velho e atuação em todo o Estado de Rondônia, com campi nos municípios de Guajará- Mirim, Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Presidente Médici.

Sua atuação na formação acadêmica em nível de graduação se estende ao campo das letras, artes, filosofia, ciências humanas, sociais, exatas, naturais e tecnológicas. Seu campo de pesquisa envolve questões diretamente conectadas à Amazônia, com foco de projeção no cenário nacional e mundial por meio de cursos de mestrado e doutorado em áreas de desenvolvimento, biologia e nas ciências humanas. No campo da extensão, promove ações junto à comunidade externa, em localidades próximas às cidades abrangentes pelos municípios onde se localizam seus campi.

A universidade, conforme dados da Pró-reitora de Planejamento (PROPLAN), oferece à comunidade rondoniense 64 cursos de graduação, com um total de 8.481 alunos em cursos presenciais; 11 programas de mestrados acadêmicos e 05 profissionais, 03 programas de doutorados institucionais e outros 03 interinstitucionais, com um total de 538 alunos matriculados na pós-graduação stricto sensu. Os dados da PROPLAN indicam 768 docentes lotados nesta IES, em sua maioria mestres ou doutores. Quanto aos técnicos administrativos o quadro era composto por um total de 482 pessoas.

O campus de Ji-Paraná, por sua vez, conta com 987 alunos matriculados em 2016 na graduação (Pedagogia, Estatística, Matemática, Física, Educação Intercultural e Engenharia Ambiental). Na pós-graduação há 45 alunos no curso de mestrado nacional profissional em

Ensino de Física. O número de professores soma um total de 64 docentes e 23 técnicos administrativos.

1.2. Contextualização da realidade econômica e social de abrangência do Campus (texto adaptação):

Em linhas gerais, a economia da região de Ji-Paraná caracteriza-se pela atividade agroindustrial. No campo do agronegócio, laticínios e indústrias alimentícias compõem a base econômica da região. Além disso, há também uma intensa atividade no âmbito da pecuária e pesca e, como consequência disso, indústrias de alimento ração animal. Segundo o IBGE (2010), a região concentra um PIB per capita R\$14.464,73.

O potencial de demanda ao curso de Pedagogia repousa na expansão do sistema básico de ensino teve na última década (fruto do Plano Nacional de Educação), que alcançou sua universalização somente no ano de 2017. Decorrente deste dado, podemos inferir que a necessidade de profissionais qualificados para o Ensino Infantil e Fundamental é necessário para a sociedade.

2 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

2.1. Objetivos do Curso (texto original):

O PPC vigente de 2002 estabelece os seguintes objetivos:

- Constituir uma formação que desenvolva a competência técnica e política para a docência;
- Fortalecer uma formação que contemple a dimensão profissional do pedagogo no âmbito da gestão educacional, através de um corpo de conhecimento articulado dialeticamente com o domínio do conhecimento específico das várias áreas de atuação;
- Garantir a integração do ensino com a pesquisa e a extensão, permeando todo o currículo de maneira que resulte a formação do profissional sensibilizado para importância da pesquisa em educação.

2.1.1. Objetivos do Curso (texto adaptação):

- Qualificar acadêmicos(as) comprometidos com a docência e a gestão educacional na Educação Infantil, nos Anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação com Jovens e Adultos em seus múltiplos aspectos, envolvendo os processos de ensino e de aprendizagem em práticas educativas escolares e não-escolares que se desenvolvem no campo, na cidade, na periferia, na floresta e nos diferentes espaços que a realidade local exigir, como por exemplo em instituições educativas que atendem pessoas com deficiência, num hospital, na creche de uma empresa, num projeto de assentamento da reforma agrária ou numa escola do campo, num espaço de ressocialização infanto-juvenil ou num abrigo de crianças em situação de paternidade provisória, via judicial. Espera-se

ainda que estes profissionais se comprometam com as mudanças sociais e políticas necessárias para a construção de uma sociedade justa, humana, igualitária e com a construção de um sistema educacional inclusivo.

- Compreender a escola como uma realidade complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- Conhecer, dominar e articular conteúdos e metodologias específicas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Produzir e socializar conhecimentos sistematizados que permitam ao futuro educador ou educadora tornar-se capaz de definir e assumir, com competência, um projeto social comprometido com a qualidade de ensino e a construção da cidadania e da democracia;
- Analisar o cotidiano da escola e da sala de aula buscando compreender os processos psicológicos, culturais, sociais e educativos envolvidos no ato de aprender;
- Refletir e intervir no processo educativo mobilizando diferentes saberes para resolver situações-problema presentes no cotidiano escolar, atendendo as especificidades regionais;
- Compreender o processo educativo como principal investimento e oportunidade do desenvolvimento humano para o exercício da cidadania;
- Fazer uso adequado das novas tecnologias para potencializar o trabalho pedagógico e a aprendizagem dos estudantes;
- Coordenar ações pedagógicas curriculares, didáticas e organizacionais envolvendo o ensino e a aprendizagem;

2.2 Concepção do Curso (texto adaptação):

Desde sua fundação, o corpo docente do curso tem se preocupado em ofertar aos seus estudantes a reflexão teórica e o conhecimento prático, fundado na ética e nos direitos humanos. Com as recentes exigências em relação à educação nacional, por meio das Leis 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 que amplia o ensino fundamental para 9 anos e a Lei 12.796 de 4 de abril de 2013 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação.

O curso de Pedagogia foi construído para a formação de professores e professoras para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, concebido em uma perspectiva cidadã e libertária.

Dentro deste contexto, entende-se que o pedagogo da atualidade deve ser um profissional preparado para intervir nas diferentes situações apresentadas pela educacional brasileira nacional, regional e local. Para isso, necessita de sólida formação teórica e preparo específico por meio da iniciação à docência com intervenção prática, tendo por pressuposto que a condição docente constitui sua identidade básica, à qual se agrega um profissional preparado para atuar na política e na administração educacional, conforme propõe a LDB 9394/96.

2.3. Justificativa:

2.3.1 Justifica (texto original):

O Brasil desde um passado recente, vem assistindo ao debate das várias instancias formadoras dos profissionais de educação, desenvolvendo questionamentos em torno do papel das licenciaturas, em especial da formação do pedagogo.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresenta no conjunto de suas diretrizes uma preocupação com a necessidade de aperfeiçoamento da formação docente e dos demais profissionais da educação.

O parecer CNE nº 970 da CES, aprovado em 09 de novembro de 1999, suscita uma análise mais apurada sobre qual a formação compete ao curso de pedagogia, como é possível constatar quando se lê: “esta interpretação é confirmada pela redação do artigo 64, o qual trata especificamente dos cursos de Pedagogia: “a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, que será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantido, nesta formação a base comum”, a lei distingue, portanto os cursos de pedagogia daqueles da formação de professores.

O Conselho Nacional de Educação se manifestou a respeito dos institutos superiores de educação e dos cursos normais superiores, através do parecer CES nº 115/99. Neste parecer a importância da criação dos institutos superiores de educação, através dos cursos normais superiores, foi justificada em termos da necessidade de uma profunda renovação da formação inicial dos professores para a Educação Básica cuja formação deveria ser feita em cursos profissionais específicos com projetos pedagógicos próprios. Eliminando-se, portanto, a possibilidade de que a licenciatura fosse oferecida de forma regular como mero adendo de matérias pedagógicas dentro de um curso organizado como bacharelado. Inversamente, não se deveria também conceber que a formação para o magistério das series iniciais da Educação Básica fosse oferecida como mero adendo aos cursos regulares de pedagogia, cuja finalidade é outra.

O parecer CNE/CP/005/2001, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da educação básica de nível superior, cursos de licenciatura de Graduação Plena. Historicamente os cursos de pedagogia foram concebidos como instrumentos de formação de pesquisadores e especialistas de educação. Paralelamente, cabia-lhes a formação de docente das matérias pedagógicas que integravam o currículo dos cursos normais de nível médio. Os departamentos e/ou faculdades de educação ofereciam também, e ainda oferecem independentemente do curso de pedagogia, a formação pedagógica para os alunos matriculas nos bacharelados que desejam obter também a licenciatura.

A iniciativa da Universidade Federal de Rondônia, quando da última a reformulação dos cursos de Pedagogia entre os anos de 1997/1998, cuja grade curricular encontra-se em andamento objetivava, à época buscar uma solução, mesmo que provisória para encaminhamentos contidos no “caput” do Artigo 62, da LDBN 9394/96, assim como o § 4º art.87 da mesma lei. No entanto, a sua operacionalização vem provocando inquietações entre os alunos do curso e professores do departamento de educação.

Em 2000, trabalhos como os de Siqueira¹, Souza², entre outros trabalhos recentes indicam a necessidade premente de reformulação dos cursos de formação do formador e dos demais cursos formadores de profissionais responsáveis pelo planejamento e avaliação dos processos escolares de ensino e aprendizagem, reforçando as preocupações quanto à elaboração de um projeto político formador do curso de pedagogia que proporcione ao seu egresso uma formação consistente, possibilitando-o avançar na compreensão da dinâmica das contradições sociais e a intervir na ação educativa com bases científicas. Desse modo, percebe-se entre os diversos seguimentos da comunidade intra e extra universidade uma forte aspiração de que o curso de pedagogia deva ocupar-se em oferecer uma formação profissional que, concentrando na docência, avance os limites da preparação para atuar no espaço sala de aula. Uma formação que amplie a compreensão das relações sociais, que se desenvolve na escola. Assim, como constituindo-se enquanto espaço da reflexão contínua sobre a necessária articulação político pedagógica dos fenômenos diversos que se processa no âmbito da instituição escolar.

O Projeto Político Pedagógico, do Curso de Pedagogia da UNIR se materializa com os seguintes pressupostos:

- a) Sólida formação geral apoiada na compreensão das ciências que se ocupam da educação nos diversos contextos na atualidade.
- b) Concentração de estudos que contemplam as teorias pedagógicas e os conteúdos curriculares da educação básica.
- c) Diversificação dos estudos relativos aos processos de gestão e avaliação do trabalho pedagógico em diferentes contextos.

Em relação ao currículo atual, esta proposta apresenta as seguintes modificações:

- Credencia o pedagogo para o exercício profissional da gestão nas áreas específicas da atividade educacional em contexto escolar e não escolar.
- Confere ao pedagogo uma formação que o capacite para a Docência de Educação Infantil, das Séries Iniciais e das Disciplinas de Formação Pedagógica e Gestão.
- Fortalece a orientação quanto à formação continuada e ao prosseguimento de estudos através de cursos de pós-graduação, visto que a exigência curricular de apresentação e defesa de um trabalho monográfico para conclusão do curso gera laços de interesse do aluno com a investigação, pesquisa científica e o aprofundamento dos estudos.

Restabelece a orientação disciplinar que fortaleça uma integração dos saberes teóricos práticos e o desenvolvimento das competências profissionais mediante práticas participativas em contextos diversos da atuação do pedagogo.

Ressalta-se que a esta proposta defende-se a organização de um curso de pedagogia na perspectiva do fortalecimento da formação docente. Da integração dos conhecimentos das diversas modalidades de atuação que o pedagogo é convocado a atuar com os saberes específicos da gestão. Do planejamento e da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, contudo o Projeto Político Pedagógico formal de um Curso não garante tais perspectivas. Estas para sua materialização dependem do que de fato ocorrer nos contextos da sala de aula, dos trabalhos de investigação e dos estudos complementares. Necessário se faz,

¹ SIQUEIRA, Lucia de Fátima Lopes. Representações de professores sobre fracasso escolar: um estudo na cidade de Porto Velho-RO. Dissertação de mestrado. USP/SP-2000. (Conforme texto original)

² Vide Ana Maria de Lima Souza. Dissertação de mestrado - USP/SP, 2000. (Conforme texto original)

portanto, um trabalho coletivo coeso entre professores e alunos repensando as práticas acadêmicas, as concepções e conteúdos que norteiam na práxis formadora do pedagogo. Sem que isso ocorra, o projeto formador do curso de pedagogia não produzirá os efeitos que hoje pleiteamos, como necessário.

2.3.2. Justificativa (texto adaptação):

Para construir uma escola e, tão logo, uma sociedade plural e inclusiva onde se aprendam não só os conteúdos conceituais (aprendendo a conhecer), mas igualmente os procedimentais (aprendendo a fazer) e os atitudinais (aprendendo a ser e a viver juntos), é necessário assegurar uma formação integral para os profissionais da educação, visando à sua profissionalização e valorização (DELORS, 1996; PCN, 1997). Neste sentido, compete à Universidade contribuir na formação destes profissionais para que atendam às exigências colocadas pelas sociedades contemporâneas, sobretudo no que diz respeito em assegurar o direito de todas as pessoas a terem acesso aos conhecimentos social e cultural produzidos por meio tradição acadêmica.

Na região onde este curso encontra-se inserido há carência de profissionais com formação em nível superior para atuar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Assim, torna-se imperativo que a Universidade pública contribua formando profissionais para estas etapas da Educação.

A contratação de docentes com formação superior para atuar na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos é uma necessidade no país, que foi ampliada com a Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009, alterando a redação dos incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal do Brasil de 1988, prevendo a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos, conforme redação dada pela Lei nº. 12.796, de 4 de abril de 2013. Neste contexto, pois, justifica-se a importância da existência do curso de Pedagogia Unir/Ji-Paraná, o primeiro curso público de formação docente nesta região do Estado de Rondônia.

2.4 Legislação:

2.4.1 Embasamento legal (texto original):

O Art. 53 inciso II da lei 9394/96: “no exercício de sua autonomia são asseguradas às universidades sem prejuízo de outras as seguintes atribuições: (...) Fixar o currículo de seus cursos e programas, observados as normas gerais pertinentes.”

O Regimento Geral da Universidade Federal de Rondônia, prevê no caput dos artigos 56 e 57 que o Departamento ao qual o curso estiver vinculado é o responsável pela elaboração e organização operacional do projeto pedagógico. Assim também, que se ler no “caput” dos artigos 125 ao 137 com suas alíneas e incisos são elementos legais balizadores da proposta do curso de pedagogia UNIR/2001.

Cabe a instituição de ensino superior ao identificar as necessidades que justificam a alteração no currículo de um curso de graduação. Cabe ainda, durante o período de integralização/adaptação observar o teor da súmula nº 3/92 do extinto Conselho Federal de

Educação no que se refere de que não há direito adquirido a currículos tanto por parte do aluno quanto da instituição: uma legislação nova eminentemente de ordem pública, alcança as situações em curso e a elas se aplica. A portaria ministerial nº 1670/a de 30 de novembro de 1994 dispõe sobre a alteração das disciplinas que compõe aos currículos dos cursos de graduação. Segundo este ato normativo os estabelecimentos de ensino superior podem alterar seus currículos desde que submetidas ao colegiado competente da IES e publicados ainda segundo o ato os currículos alterados entrarão em vigor no período seguinte ao da publicação.

A lei 9394/96 organiza a educação escolar básica que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Esse conceito de educação básica aumenta a duração da escolaridade considerada base necessária para exercer a cidadania, inserir-se “produtivamente no mundo do trabalho e desenvolver um projeto de vida autônomo”.

Uma educação básica unificada e ao mesmo tempo diversa, de acordo com o nível escolar, demanda um esforço para manter a especificidade que cada faixa etária de atendimento impõe as etapas de escolaridade básica. Mas exige, ao mesmo tempo, o prosseguimento dos esforços para superar, não só dentro de cada etapa, como entre elas – como enfatiza as diretrizes curriculares para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior. Para isso, será indispensável superar, na perspectiva da lei, as rupturas que também existem na formação do professor de crianças, adolescentes de jovens.

Quando define as incumbências dos professores a Lei 9394/96 não se refere a nenhuma etapa específica da escolaridade básica. Traça um perfil profissional que independente de tipos de docência: multidisciplinar ou especializada, para crianças jovens ou adultos.

Nos artigos 12,13 e 14 LDB 9394/96 podemos buscar indicações legais para fundamentar principalmente a gestão presente neste projeto. Não considera como habilitação, mas como o desenvolvimento de competências: a) posicionando o professor como aquele a quem incumbe zelar pela aprendizagem do aluno; b) associando o exercício da autonomia do professor, na execução de um plano de trabalho próprio, ao trabalho coletivo de elaboração de proposta pedagógica; c) ampliando a responsabilidade do professor para além da sala de aula colaborando na articulação entre a escola e a comunidade, ainda nos artigos 22, 27,29, 32,35 e 36 da Lei 9394/96 combinados com o artigo 61 é destacado: a relação da teoria e prática e o aproveitamento da experiência anterior. Aprendizagens significativas, que remetem continuamente o conhecimento à realidade prática dos alunos e a sua experiência constituem objetivos na educação básica nos artigos expostos.

O exposto fundamenta a preocupação com a prática ao longo do curso em cada disciplina. Prática que deve ser iniciada desde os primeiros períodos do curso. Tal preocupação deve garantir o envolvimento do aluno em projetos de estudos interdisciplinares favorecendo a aproximação entre as ações vivenciadas pelas disciplinas/áreas/atividades.

2.4.2 Legislação (texto adaptação):

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 - toda a LDBEN atualizada bem como os artigos 61 a 67 que regulamentam a formação dos profissionais da educação, considerando a redação da Lei nº 12.014, de 2009.
- b) Políticas de educação ambiental - Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. O Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 Regulamenta a Lei nº 9.795,

de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Artigo 2º, inciso X, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, e fixa as dez diretrizes do PNE, dentre elas – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

- c) Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena - Lei 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Na Lei nº 11.645/2008: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”
- d) Lei Federal nº 10.436/2002 regulamentada pelo Decreto Federal 5626/05 LIBRAS, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- e) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES
- f) Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, que define as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia e licenciatura.
- g) Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.
- h) Estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais e Educação Intercultural que serão trabalhados, com fundamentação legal no caput e no § 1º do artigo 26-A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, respeitando a redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008, enfatizando os diversos aspectos da história e da cultura dos grupos étnicos (africanos e indígenas) que caracterizam a formação da população brasileira, bem como o resgate das suas contribuições quanto a história do Brasil nas áreas econômica, política e social.
- i) Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art.98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- j) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012 na qual diz que os estudos primarão pelo princípio de igualdade, o que requer a construção de práticas e concepções voltadas para a valorização da pessoa, para que possa ocorrer a Educação em Direitos Humanos no cotidiano, por meio de processos capazes de promover a proteção, defesa, de seus direitos e das demais pessoas quanto às diferenças, a cultura e tradições, bem como a participação ativa e democrática e o exercício dos direitos e responsabilidades na sociedade,
- k) Resolução n.º 278/ CONSEA, de 04 de junho de 2012, que regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia.

- l) As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, publicadas em 2013 destinadas nas escolas do Campo, de Educação Infantil, de Jovens e Adultos, de educação Especial, de Educação Indígena, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- m) Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 que considera que só poderá ser alcançada a melhoria na qualidade do ensino, se houver a valorização do magistério, investindo-se simultaneamente na formação profissional inicial e formação continuada, bem como, nas condições de trabalho, carreira e salário.
- n) Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- o) O Programa de Combate à Violência e Intimidação Sistemática (Bullying) - Lei Nº 13.185, de 6 de Novembro de 2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), cujo artigo 1º, § 1º desta Lei, conceitua Bullying como “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”.

2.5 Perfil do Egresso:

2.5.1 Perfil do Egresso³ (texto original)

Conforme as Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação o curso de Pedagogia deve abranger conteúdos e atividades que constituam a base consistente para a formação de educador. Nessa direção, o egresso com competências e habilidades:

- Capacidade de apreender a dinâmica cultural e de atuar adequadamente em relação ao conjunto de significados que a constituem;
- Capacidade para atuar com portadores de necessidades especiais, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania;
- Capacidade de estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Capacidade de articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- Capacidade para dominar processos e meios de comunicação em suas relações como os problemas educacionais;
- Capacidade de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;

³ Na grafia de 2002, encontra-se essa descrição sob o título de competências e habilidades. Cf. Anexo B, p12.

- Compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
- Articulação da atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;
- Elaboração do projeto pedagógico, sintetizando as atividades de ensino e administração, caracterizadas por categorias comuns como: planejamento organização, coordenação e avaliação e por valores comuns como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso.

2.5.2. Perfil do egresso (texto adaptação):

Concebe-se um profissional com habilidades e competências para uma sólida atuação na docência em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino, com competências para produção e difusão de conhecimentos no campo educacional. Tal profissional pode atuar nas diversas modalidades de educação, em situações escolar e não-escolar, por exemplo: em presídios ou projetos de educação popular, a educação do campo, a inclusão de pessoas com deficiência, das populações tradicionais da Amazônia: indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas (art. 3º, do parágrafo 4º da Resolução nº 2 do CNE/CP, de 1º de Julho de 2015), buscando garantir uma formação ética e cidadã para todos esses sujeitos.

2.6. Perfil do Curso (texto adaptação)

2.6.1 Contextualização e funcionamento do curso (texto adaptação)

- a) Nome do curso: Licenciatura em Pedagogia - Código do Curso na DIRCA: 411 e Código do Curso no e-MEC: 411.
- b) Endereço de funcionamento do curso: Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus de Ji-Paraná, Rua Rio Amazonas, 351 – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná
- c) Ato de Criação para Autorização e reconhecimento ou ato anterior para renovação: ATO DE CRIAÇÃO: Resolução 04, de 05 de novembro de 1982 (Publicação: 05/11/1982) e Reconhecimento Portaria nº 1784, de 15 de novembro de 1993. Atos de renovação de Reconhecimento: Portaria de renovação de reconhecimento: 286 de 21 de dezembro de 2012 (D.O.U. 249) – Pedagogia Licenciatura Plena. E a última foi pela Portaria 794 de 14 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U. nº 240 no dia 15 de dezembro 2016, Seção 1, p. 45.
- d) Número de vagas oferecidas e autorizadas atualmente: 50 (cinquenta)
- e) Conceito Preliminar de Curso – CPC: ENADE = 03 (2014)
- f) Turnos de funcionamento do curso: vespertino e noturno, por alternância de ingresso no processo seletivo.
- g) Carga horária total do curso: a) a Matriz original consta 3220 horas; contudo, um problema de digitação em seu projeto apresenta quatro componentes de 80h aglutinadas em duas de 80h; desmembrando-as, a recontagem da carga horária possui 3380 horas na matriz original;

- b) na Matriz de adaptação, por sua vez, com inclusão de LIBRAS (processo 23118.001035/2015-39), a carga horária passou a ser de 3460 horas.
- h) Tempos para integralização: mínimo de 8 (oito) semestres e máximo de 12 (doze) semestres.
- i) Histórico do curso: O curso foi criado em 1989, contudo, seu reconhecimento se deu por meio da Portaria nº 1784, de 15 de novembro de 1993.
- j) Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão: A integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão ocorre por meio das atividades que são oferecidas nos grupos e laboratórios de pesquisa, dentro e fora do DCHS. No que diz respeito à formação intradepartamental, o curso compreende atividades de pesquisa na área de estudos introdutórios, fundamentos da educação, habilidades específicas e tópicos especiais, por meio das atividades com os grupos de pesquisadores: Grupo de Pesquisa em educação na Amazônia, Grupo de estudo interativo e pesquisa em educação inclusiva, Laboratório Amazônia episteme, Grupo de estudos e pesquisa sobre relações raciais e migração e, por fim, o Grupo de pesquisa em ensino de ciências. Tais grupos também desenvolvem atividades de extensão concernentes aos seus respectivos objetos de análise. Por fim, outro aspecto que contempla a integração formativa são os programas de docência, os estágios extracurriculares, bem como a participação dos alunos em atividades de estudos complementares, introduzindo-os ao mercado de trabalho e à pesquisa científica.
- k) Titulação conferida aos egressos: Graduado em Pedagogia - Licenciatura
- l) Modos e períodos de ingresso e número de vagas por período de ingresso: o preenchimento das vagas se dá em diferentes modalidades de ingresso, são eles: via Processo Seletivo Regular e Complementar (Vestibulinho), Transferência Compulsória; Regime Especial; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional e Intrainstitucional; o período de ingresso ocorre no segundo semestre do ano letivo, e são ofertadas 50 (cinquenta) vagas ao ano.
- m) Regime de oferta e de matrícula: regime alternado de oferta (vespertino e noturno), com matrículas semestrais.
- n) Calendário acadêmico: o calendário acadêmico é organizado e aprovado anualmente, pelos Conselhos superiores, conforme a LDB 9.394/96 e disponibilizado para a comunidade acadêmica.
- o) Distribuição da carga horária em componentes curriculares obrigatórios e complementares de graduação: as 3360 horas do curso de Pedagogia são distribuídas nas disciplinas obrigatórias conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura. Os Estudos independentes (Anexo B, p. 25) somam as 100 horas restantes à integralização da carga horária total do curso, de 3460 horas.
- p) Descrição das formas de ingresso: o preenchimento das vagas compreende o Processo Seletivo Regular e Complementar (Vestibulinho), Transferência Compulsória; Regime Especial; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional e Intrainstitucional ou outras formas autorizadas pelo Conselho Universitário, de acordo com as políticas de ações afirmativas em consonância com a legislação em vigor.

2.7. Estrutura Curricular

Nota explicativa: na matriz da grafia original (p. 14 do Anexo B) tem-se quatro componentes curriculares de 80 horas que se encontravam aglutinadas em duas:

1. a/b – Políticas Públicas em Educação/Fundamentos e Prática em Recreação e Jogos;
2. c/d – Gerenciamento de Sistemas Educacionais/Fundamentos e Práticas em Educação à distância)

Apresentamos desmembradas em quatro componentes de 80 horas:

1. a - Políticas Públicas em Educação,
2. b - Fundamentos e Prática em Recreação e Jogos,
3. c - Gerenciamento de Sistemas Educacionais,
4. d - Fundamentos e Práticas em Educação à Distância).

Além disso, foi mantida a formatação do quadro original, indicando o semestre em que se encontra a componente, bem como o Núcleo de Estudos ao qual pertence, o nome, a quantidade de crédito e a carga horária. As modificações do texto original a respeito da Estrutura Curricular foram efetuadas apenas no que diz respeito aos cálculos de carga horária e à grafia quanto a tais cálculos. Estas informações constituem o tópico 2.7.1.

O tópico que se segue, 2.7.2, é a adaptação à normativa institucional, ela abordará apenas a matriz curricular, com a inserção dos códigos dos componentes, e do componente de LIBRAS na atual organização semestral ofertada no SINGU.

Outro ponto a se explicar repousa no ementário, cuja grafia original, de 2002, segue no Anexo B, p. 18-24, é um texto corrido. Nesse projeto sistematizamos as informações em uma tabela.

2.7.1 Da organização da matriz curricular (texto original)

Os componentes curriculares obrigatórios e complementares foram listados na tabela abaixo, somando 3380 horas, em 2002.

MATRIZ CURRICULAR (texto original)				
Semestr	Núcleo de Estudo	Conteúdos/Atividades	CR	CH
I	B	Análise Linguística	04	80
IV	B	Avaliação Educacional	04	80
VII	B	Currículos e Programas	04	80
III	B	Didática	04	80
VI	D	Educação com Portadores de Necessidades Educativas Especiais	04	80
IV	D	Educação com Povos da Floresta	04	80
VI	D	Educação de Jovens e Adultos	04	80
II	B	Filosofia da Educação	04	80
I	A	Filosofia	04	80

III	B	Fundamentos e Prática da Alfabetização	04	80
VII	D	Fundamentos e Prática da Educação à Distância	04	80
III	B	Fundamentos e Prática da Educação Infantil I	04	80
IV	B	Fundamentos e Prática da Educação Infantil II	04	80
V	C	Fundamentos e Prática do Ensino da Matemática I	04	80
VI	C	Fundamentos e Prática do Ensino da Matemática II	04	80
V	C	Fundamentos e Prática do Ensino de Artes	04	80
VI	C	Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências	04	80
V	C	Fundamentos e Prática do Ensino de Geografia	04	80
V	C	Fundamentos e Prática do Ensino de História	04	80
IV	C	Fundamentos e Prática do Ensino de Língua Port.	04	80
VIII	B	Fundamentos e Prática do Gerenciamento Escolar	04	80
VII	D	Fundamentos e Prática em Recreação e Jogos	04	80
VII	B	Gerenciamento de Sistemas Educacionais	04	80
VI	B	Gestão do Trabalho Escolar	04	80
II	B	História da Educação	04	80
VII	B	Legislação Educacional	04	80
V	D	Metodologia da Pesquisa em Educação	04	80
I	A	Metodologia da Produção Acadêmica e Científica	04	80
IV	B	Oralidade e Escrita	04	80
III	B	Pensamento Pedagógico Brasileiro	04	80
VII	B	Políticas Públicas da Educação	04	80
VIII	C	Prática Pedagógica em Iniciação Profissional	04	80
II	B	Psicologia da Educação I	04	80
III	B	Psicologia da Educação II	04	80
II	C	Psicomotricidade	04	80
I	A	Relações Interpessoais	04	80
II	B	Sociologia da Educação	04	80
I	A	Sociologia	04	80
VII	D	Tecnologias Aplicadas à Educação	04	80
VIII	E	Estudos Independentes	05	100
VIII	D	Elaboração de Trabalho Monográfico	08	160
Total de 41 componentes obrigatórias			Carga de 3380 horas	

O entendimento de Currículo que norteia o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia Universidade Federal de Rondônia é o de desenvolvimento curricular de um curso que deva superar a lógica linear de disciplinas por uma lógica que, interdisciplinarmente avance num movimento de espiral entre períodos. Ressaltando-se a importância do aprofundamento e inter-relação no encontro das ementas de cada disciplina.

Ainda nesse sentido, entende-se que o currículo deve garantir os princípios de articulação e coesão aglutinando as diversas abordagens disciplinares. Desse modo, opta-se no curso de pedagogia por eleger cinco núcleos de estudos⁴, a saber:

- A. Núcleo de Estudo das Disciplinas Introdutórias do Curso;
- B. Núcleo de Estudo das Disciplinas de Fundamentação Teórica;
- C. Núcleo de Estudo das Disciplinas das Habilitações Específicas;
- D. Núcleo de Estudo das Disciplinas Interdisciplinares;
- E. Núcleo de Estudo das Disciplinas Tópicos Especiais.

Percebe-se que o currículo de Pedagogia apoia-se em duas categorias:

1. Formação básica, composta pelos conteúdos obrigatórios da formação do pedagogo.
2. Formação diferenciada, composta pelo aprofundamento de estudos oferecidos na educação básica e em outras áreas de atuação.

O curso totalizará 8 períodos com vinte semanas cada; carga horária total de 3.380 horas, sendo 3.120 em horas, 160 horas para produção da Monografia de Conclusão do Curso e 100 horas em Estudos Complementares

O curso funcionará em um turno com quatro aulas de 60 minutos e um intervalo de dez minutos entre terceira e a quarta aula, durante cinco dias na semana.

Todas as disciplinas têm carga horária de 80 horas equivalentes a quatro créditos. Prioritariamente as disciplinas do Núcleo de Estudos das Habilitações Específicas têm sua carga horária distribuídas preferencialmente em 60 horas/aulas presenciais e 20 horas para o desenvolvimento da prática de ensino e do trabalho de campo.

As disciplinas dos demais Núcleos de Estudos devem garantir a cada período seminários, colóquios e debates de socialização e de avaliação para o aluno com vistas a garantir a articulação, aprofundamento e avaliação dos estudos feitos no período. Estas atividades contribuirão ainda para que a troca permanente de informação - saberes/fazer (teoria/prática) permita o aperfeiçoamento contínuo do projeto formador do curso.

As atividades de prática de ensino ocorrerão dentro da carga horária prevista para as disciplinas do Núcleo de Estudo das Disciplinas das Habilitações Específicas, a critério de cada professor, observadas as orientações pedagógicas mais recentes.

Quanto ao calendário letivo é reconhecido o esforço da Universidade Federal de Rondônia assim como outros organismos envolvidos com questões educacionais no sentido de desenvolver ações promotoras do tempo letivo consoantes com o ano civil.

A nossa matriz curricular, desse modo, se caracteriza por imprimir a observância regular do tempo de férias e recesso escolar entre períodos. Desse modo, o calendário escolar do curso deve ter início em meados de fevereiro com recesso previsto para primeira quinzena de julho e encerramento da terceira semana de dezembro, respeitadas as normativas do calendário acadêmico estabelecidas pelo PROGRAD/UNIR.

2.7.2 Da organização das componentes curriculares (texto adaptação)

⁴ Núcleos de Estudo aqui entendido como uma unidade organizadora dos conteúdos e estratégias de um certo grupo de disciplinas.

Abaixo segue a tabela com a distribuição dos componentes curriculares ao longo dos oito semestres necessários à integralização do curso. Nota-se que neste quadro há inserção do componente curricular de LIBRAS, acrescentando 80 horas à carga de 3380, somando, então, 3460 horas ao curso de Pedagogia.

MATRIZ CURRICULAR ORGANIZADAS POR SEMESTRES (texto adaptação)				
CODIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Aulas Teóricas	Aulas Práticas	CH Subtotal
1º SEMESTRE				
DHJ30001	Metodologia da Produção Acadêmica e Científica	80	00	80
DHJ30002	Filosofia	60	20	80
DHJ30003	Análise Linguística	60	20	80
DHJ30005	Sociologia	60	20	80
DHJ30194	LIBRAS	60	20	80
2º SEMESTRE				
DHJ30009	Psicomotricidade	60	20	80
DHJ30008	Filosofia da Educação	60	20	80
DHJ30010	Psicologia da Educação I	60	20	80
DHJ30004	Relações Interpessoais	60	20	80
DHJ30006	Sociologia da Educação	60	20	80
DHJ30007	História da Educação	60	20	80
3º SEMESTRE				
DHJ30019	Oralidade e Escrita	60	20	80
DHJ30012	Pensamento Pedagógico Brasileiro	60	20	80
DHJ30013	Didática	60	20	80
DHJ30014	Fundamentos e Prática da Educação Infantil I	60	20	80
DHJ30018	Avaliação Educacional	60	20	80
4º SEMESTRE				
DHJ30015	Fundamentos e Prática da Alfabetização	60	20	80
DHJ30020	Fundamentos e Prática do Ensino de Língua Portuguesa	60	20	80
DHJ30030	Educação com Jovens e Adultos	60	20	80
DHJ30023	Fundamentos e Prática do Ensino de Geografia	60	20	80
DHJ30011	Psicologia da Educação II	60	20	80
5º SEMESTRE				
DHJ30027	Gestão do Trabalho Escolar	60	20	80
DHJ30021	Metodologia da Pesquisa em Educação	60	20	80
DHJ30022	Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática I	60	20	80
DHJ30024	Fundamentos e Prática do Ensino de História	60	20	80

DHJ30026	Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências	60	20	80
6º SEMESTRE				
DHJ30016	Educação com Povos da Floresta	60	20	80
DHJ30029	Educação com Portadores de Necessidades Educativas Especiais	60	20	80
DHJ30028	Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática II	60	20	80
DHJ30040	Políticas Públicas em Educação	60	20	80
DHJ30017	Fundamentos e Prática da Educação Infantil II	60	20	80
7º SEMESTRE				
DHJ30034	Currículos e Programas	60	20	80
DHJ30025	Fundamentos e Prática do Ensino de Artes	60	20	80
DHJ30031	Legislação Educacional	60	20	80
DHJ30032	Fundamentos e Prática em Recreação e Jogos	60	20	80
DHJ30033	Tecnologias Aplicadas à Educação	60	20	80
8º SEMESTRE				
DHJ30035	Fundamentos e Prática em Educação à Distância	60	20	80
DHJ30036	Fundamentos e Prática do Gerenciamento Escolar	60	20	80
DHJ30037	Prática Pedagógica em Iniciação Profissional	60	20	80
PEDGSE	Gerenciamento De Sistemas Educacionais	60	20	80
DHJ30038	Elaboração de Trabalho Monográfico	60	100	160
DHJ30039	Estudos Independentes ⁵	00	100	100
CH TOTAL PLENA				
		2480	980	3460

2.7.3 Dados complementares à estrutura curricular (texto adaptação)

a) LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais: (texto adaptação):

A inclusão da disciplina de LIBRAS na matriz curricular plena do Curso de Pedagogia foi aprovada em Reunião no CONDEP Pedagogia, conforme ata do CONDEP – Pedagogia dia 15 de maio de 2015 e homologação pela Resolução N. 408/CONSEA de 24 de novembro de 2015, entrando em vigor somente em 2018/01 (Processo nº 23.118.001035/2015-39, Anexo C). Contudo, desde 2015, os alunos ingressantes no curso de Pedagogia cursam o referido componente no Departamento de Matemática e Estatística, em atendimento ao Decreto 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Em anexo, segue a distribuição do horário do curso, aprovado em

⁵ Carga horária a ser desenvolvida ao longo de todos os semestres do curso

reunião de conselho departamental, comprovando as atividade curricular de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Cf. Anexo C).

b) Estudos referentes à temática das relações etnicorraciais: (texto adaptação)

1. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer nº 8 do CNE/CP, de 06/03/2012.
2. Estudos referentes à temática das Relações etnicorraciais e Educação Intercultural - caput e no § 1º do artigo 26-A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/9, respeitando a redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008;
3. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena - Lei 10.639/2003 e a lei nº 11.645/2008;
4. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
5. Políticas de educação ambiental - Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002
6. O Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) - Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015

A abordagem destas temáticas, estão presentes na organização curricular do curso de Pedagogia, da seguinte forma: a) transversal, nas atividades práticas das disciplinas, na elaboração de Monografias e nos Grupos de Pesquisa.

c) Do ementário conforme Resolução 278/CONSEA

ADAPTAÇÃO E CONVALIDAÇÃO – PPC VIGENTE ANO BASE 2002-2
 CONVALIDAÇÃO PARA O PERÍODO DE 2002.2 até os ingressantes de 2017-2
 Inclui LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais (Cf. Anexo D – evolução das alterações)
 obrigatório para os acadêmicos do curso de Pedagogia que não integralizaram os créditos até 2015.1, de acordo com o Processo nº 23118.001035/2015-39.

COMPONENTE CURRICULAR	OBJETIVOS	CARGA HORÁRIA	DESCRIÇÃO EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1 – Análise Linguística	Refletir sobre a relação entre educação, linguagem e cultura. Compreender a importância	80 h/a	Concepções de Educação; Linguagem, conhecimento e cultura; concepções de linguagem; gramática e política;	POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas; SP: Mercado de Letras, 1997. SAUSSURE, Ferdinand. Curso de	TARDELLI, Marlete Carboni. Ensino da Língua Materna: Interações em Sala de Aula - Vol. 9. São Paulo: Cortez, 2002. SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma

	do estudo das variações linguísticas e suas implicações no processo de ensino/aprendizagem e as diferentes concepções sobre linguagem e gramática		variação linguística; variação linguística e ensino de língua materna.	linguística geral. 21 ed. São Paulo: Cultrix, 1975 SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1985. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização & lingüística: ed. Scipione, 1997.	perspectiva social. 15 ed. São Paulo: Ática, 1997. CASTRO, Maria Fausta Pereira de. Aprendendo a argumentar: Um momento na construção da linguagem. 2 ed. Campinas: Edunicamp, 1996. CABRAL, Leonor Scliar. Introdução à lingüística:. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo,1982. BURGEILE, Odete. [organização]. Linguagem e educação: análises e perspectivas. Porto Velho: Edufro, 2013.
2 – Avaliação Educacional	Compreender e analisar criticamente a avaliação no contexto global das Políticas na Educação; Entender as determinações legais para a área da avaliação; Aprender a elaborar instrumentos para avaliar; Discutir a avaliação educacional e as	80 h/a	Pressupostos Epistemológicos da Avaliação Educacional; A avaliação e a LDB; Avaliação e orientação escolar; Procedimentos metodológicos do processo avaliativo; A avaliação e as diferenças; Avaliação: práticas superadoras.	HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 6. ed. São Paulo: Ática, 2002. HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da Pré-escola à Universidade. Porto Alegre: Mediação, 1991. _____. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.	SANT'ANNA. Ilza Martins. Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. HOFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtivista. 30 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000. SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de

	propostas oficiais de avaliação externa.				currículo. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: Desafios e perspectivas. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 4. ed. São Paulo; Cortez, 1996.
3 – Currículos e Programas	Oportunizar a discussão sobre as principais concepções teóricas de currículos Conhecer as formas de organização do currículo escolar; Elaborar planejamento e a avaliação do currículo escolar e propiciar condições viáveis para a relação entre a teoria e a prática pedagógica.	80 h/a	Determinações históricas, culturais, epistemológicas dos currículos e programas de ensino; paradigmas técnico, prático e crítico e suas implicações para o processo de desenvolvimento curricular.	CÓLL, César. Psicologia e Currículos. Ática, São Paulo, 1997. FAZENDA, Ivani.C.A. (Org) Práticas interdisciplinares na escola. 6 ed., Cortez, São Paulo, 1999. SILVA, Tadeu.T.da (Org.) Currículo, cultura e sociedade.2 ed., Cortez , São Paulo, 1995.	HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. MOREIRA A. F. & WEISZ, T. Diálogos entre o Ensino e a Aprendizagem. Ática, São Paulo, 2000. SACRISTAN, J. Gimeno. O Currículo: Reflexões sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. APPLE, Michael W. Ideologia e currículo / Michael W. Apple; tradução de Vinicius Figueira - 3. ed. Porto Alegre : Brasiliense, 2008. MOREIRA A. F. & SILVA, T.T.da (org). CURRÍCULO, cultura e sociedade. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
4 – Didática	Refletir sobre a importância	80 h/a	Desenvolvimento histórico da	PERRENOUD, Philippe. Dez novas	DEIRÓ, Maria de Lourdes C.. As belas

	do conhecimento didático para o fazer pedagógico, a partir da diferenciação da didática instrumental, da didática fundamental. Redimensionar o alinhamento da competência técnica e o compromisso político, a partir da fundamentação teórica em relação à prática pedagógica.		Didática e tendências pedagógicas. O processo de ensino/aprendizagem na educação, interação professor-aluno. Competências e habilidades do educador na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Organização do trabalho didático do professor.	competências para ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2000. ZABALLA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2001. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações / Dermeval Saviani - 9. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.	mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos. 11ª ed. São Paulo: Moraes, 1987. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. APPLE, Michael W. Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. MARTINS, José do Prado. Didática Geral: Fundamentos, Planejamento, Metodologia, Avaliação. / José do Prado Martins. - 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993. CANDAU, Vera Maria. [organização]. - Rumo a uma nova didática. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
5 – Educação com Jovens e Adultos	Proporcionar uma reflexão crítica sobre o processo de ensino-aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA, levando em consideração	80 h/a	Andragogia; processo de ensino e aprendizagem com adultos; produção do conhecimento não escolar; estudo das teorias e dos programas voltados para a educação de	BRASIL, Ministério da Educação e do desporto. Educação de jovens e adultos: Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997. FREIRE, Paulo. Conscientização –	FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez. GADOTTI, Moacir. Educação e compromisso. 4 ed. Campinas: Papyrus, 1992. FERNANDES, Dorgival Gonçalves. Alfabetização de

	o referencial teórico, o processo histórico e político em que se desenvolve esta modalidade de ensino.		jovens e adultos.	teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire . 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.	jovens e adultos: pontos críticos e desafios.. Porto Alegre: Mediação, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Educação de Jovens e Adultos. / Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. - Brasília: SEED, 1999. FONSECA, Maria da Conceição F. R. Educação Matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
6 – Educação com portadores de necessidades educativas especiais	Compreender as potencialidades, limitações e as diferenças do aluno com deficiência; Propor ações interativas com a sociedade, nas áreas das deficiências, das altas habilidades e das dificuldades de aprendizagem; Aplicar os pressupostos teóricos/metodológicos	80 h	Estudo da especificidade do ato pedagógico nas suas dimensões básicas do saber, do fazer e do ser, bem como as implicações desta especificidade na dimensão social e política. As implicações disto na educação dos portadores de necessidades especiais.	BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações Curriculares. Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: SEF: SEESP, 1998. Disponível em: http://www.ines.org.br/paginas/downloads/adaptacao.pdf . GONÇALVES, Romanda. Diática Geral: Métodos de ensino, educação pré primária e educação especial. 12 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983.	Revista Eletrônica- WWW.reveduc.uscr.br (UFSCar). BUENO, José Geraldo Silveira. A educação especial nas universidades brasileiras. Brasília: Ministério da Educação - MEC, 2002. PAULA, Ana Rita de; COSTA, Carmen Martini. A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga et al. Aspectos legais e orientação pedagógica. São

	dológicos/didáticos da prática educativa na área de educação especial.			SKLIAR, Carlos. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 3 ed. Mediação, 2001. MAZZOTTA, Marcos José Silveira Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.	Paulo: MEC/SEESP,2007. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.Soroban: Manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, Maria Glória Batista da Mota ... [et.al] [organização]. - Brasília: SEESP, 2009.
7 – Educação com Povos da Floresta	Refletir a respeito do processo educativo, especialmente e o ato de aprender e ensinar desenvolvido pelos Povos da Floresta: indígenas e extrativistas, tendo como referência o princípio de autodeterminação destas populações bem como o diálogo intercultural com a sociedade envolvente	80 h/a	Estudo das formas de socialização e aprendizagem presentes nos modos de viver e significar o mundo das comunidades amazônicas. Compreender os dilemas, contribuições, desafios da atividade de ensino e aprendizagem, e do saber escolar neste contexto.	RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995. MINDLIN, Betty.Vozes da origem / Betty Mindlin, Antônio Opokará ... [et.al]. - Rio de Janeiro: Record, 2007. PESOVENTO, Adriane (et al). História da Educação indígena e colonialidade. Cuiabá: EdUFMT, 2012.	BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. MINDLIN, Betty. Couro dos Espíritos. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. GABAS,Nilson Jr; Sebastião Kara'ya Péw Arara. Mitos Arara.. - Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. SANTOS,Luciano, Gersem dos. O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje. Brasília: Mec, 2006. MINDLIN, Betty. O aprendiz de origens e novidades. O professor indígena,uma experiência de escola diferenciada. In Estudos Avançados 8

					(20)> 233-253 1994. (internet)
8 Elaboração do Trabalho Monográfico	Escrever e desenvolver um projeto de iniciação à pesquisa científica aplicada à Educação, de acordo com as normas da ABNT, desenvolvê-lo e apresentar os resultados em forma de Monografia, no modo oral e escrito, com vistas à sua conclusão do curso.	160h	A monografia de conclusão do curso é o espaço curricular destinado a realização da pesquisa/ensaio que representará a culminância da produção intelectual de cada aluno do Curso de Pedagogia, com a busca de um Professor Orientador e Apresentação Pública.	GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos. 6. ed. Brasília: Atlas, 2001. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. LIMA, Teófilo Lourenço. Manual Básico de Monografia. Canoas (RS): Editora Ulbra, 1999. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social: 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009. CARVALHO, Maria Cecília M. de. [organização] Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas 10 ed. Campinas: Papyrus, 2000. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996. MINAYO, Maria Cecília (Org). DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Petropolis: Vozes, 1994.

<p>9 – Estudos Independentes</p>	<p>Participar de eventos de acadêmico-científicos, despertando a necessidade da formação continuada e aprofundamento, atualização ou ampliação dos estudos realizados.</p>	<p>100 h/a</p>	<p>Participação em eventos de Extensão, grupos de estudos, projetos de pesquisa, prestação de serviços à comunidade (desde que devidamente vinculado a um grupo de pesquisa) e outras atividades caracterizadas como extensão acadêmica (reconhecidos pelo Departamento) . As atividades remuneradas não se enquadram, exemplo estágios, bolsa PIBIC e outras bolsas. O aluno deverá comprovar sua participação com declaração e certificados a sua participação.</p>	<p>A Bibliografia é aquela utilizada nos eventos.</p>	<p>A Bibliografia é aquela utilizada nos eventos.</p>
<p>10 –</p>	<p>Compreender os princípios do pensamento filosófico e aplicá-los à</p>	<p>80 h/a</p>	<p>Significado de filosofia e sua relação com: Mito, Senso Comum, Ideologia x</p>	<p>ARANHA, M. L. Martins, M. H. Filosofando: Introdução à Filosofia, Ed. Moderna, 1997.</p>	<p>Buscar na internet coleção “Os pesadores”</p>

	prática docente		Utopia; Religião Grega x Teologia; Ciência x Matemática; Os clássicos antigos, medievais, modernos e contemporâneos.	GAARDER, J. O Mundo de Sofia. Romance da História da Filosofia, 14 Ed. Cia das Letras, 1991. LIBÂNIO, J. B. Ideologia e cidadania – In coleção Polêmica. S. Paulo, Moderna, 1995.	
11 – Filosofia da Educação	Compreender a importância das reflexões filosóficas ao longo da história para a gênese e os desdobramentos do processo educacional brasileiro.	80 h/a	Introdução ao pensar, ao ato de filosofar, à gênese do homem e do pensamento grego e da ocidentalidade, caracterizando a reflexão e a prática filosófica e seus desdobramentos para a gênese do pensamento educacional. Principais referências teóricas do pensamento filosófico contemporâneo que mais diretamente dizem respeito às teorias educacionais: liberalismo, positivismo, marxismo, pragmatismo e	ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Editorial Presença. S/d. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura). SAVIANI, Dermeval. Educação do senso comum à consciência filosófica. 14. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. 2 ed., São Paulo, Cortez, 1983. LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994. LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1996. SEVERINO, Antônio J. Filosofia da Educação: Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1996.

			existencialismo		
12 - Fundamentos e Práticas em Educação a Distância	Oportunizar aos acadêmicos condições de refletir acerca dos fundamentos e práticas em Educação à Distância (EaD) as possibilidades e limites como estratégia de enfrentamento dos problemas educacionais ; Discutir sobre as estratégias de planejamento , implementação de políticas e projetos da EaD na sociedade contemporânea.	80 h/a	Educação a Distância: análise conceitual e contextualização histórica. A experiência internacional e a brasileira. Da perspectiva de formação de recursos humanos à formação para a cidadania. Possibilidades e limites da Educação à Distância como oportunidade de aprendizagem individual e compartilhada, bem como estratégia para enfrentamento de problemas educacionais. Perspectivas e desafios da Educação à Distância, gestão estratégica de sistemas de Educação à Distância: planejamento, implementação de políticas e projetos. Material	BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas - SP: Autores Associados, 1999. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligênci: O futuro do pensamento na era da informática. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. MORAES, Maria Cândida (Org). Educação a distância: fundamentos e práticas. Campinas, SP.UNICAMP/NIED, 2002.	LEVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos I. da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. MORAN, J.M., MASETTO, M.T.e BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000. BRASIL. Pareceres e Resoluções da EaD. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12928-educacao-a-distancia >. ANJOS, Alexandre M. dos. Introdução a educação a distância e ambientes virtuais de aprendizagem. 2 ed. Cuiabá: UFMT, 2010.

			pedagógico: impressos, VT, On line. Estratégias para aplicação da Educação à Distância: atividades em laboratórios e pesquisa.		
13 - Fundamentos e Prática da Educação Infantil I	1. Conhecer e compreender aspectos básicos da organização escolar na Educação Infantil para fundamentar a prática pedagógica. 2. Apoiar-se em aspectos teóricos e pedagógicos para tomada de decisões no exercício profissional em Educação Infantil	80 h/a	Fundamentos e metodologia da educação infantil. A organização do programa da educação infantil. Ações sócio-pedagógicas na creche e na pré-escola. Atividades da docência na relação “cuidar e educar”. Crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas. Relações entre educação Infantil e Ensino Fundamental. O lúdico na prática educativa.	ARCE, Alessandra. Friedrich Fröebel: o pedagogo dos jardins de Infância. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002. GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2005. KUHLMANN Jr. Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 2 ed. Porto Alegre: Mediação. 1998.	ARIES, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. PIAGET, Jean. Psicologia da criança. Rio de Janeiro: Diefel. 1978. _____. A construção do real na criança. Rio de Janeiro: Zahar/MEC. 1975. SANTOS, Santa Marli Pires dos. Brinquedo e Infância: um guia para pais e educadores em creche. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999. OLIVEIRA, Zilma de M. R. De (Org.) Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez
14 – Fundamentos e Prática da Educação Infantil II	1. Conhecer aspectos básicos da organização da proposta pedagógica e	80 h/a	O Projeto Político Pedagógico, o currículo e a prática na instituição de	HOFFMANN, Jussara e SILVA, M. Beatriz da. (Coords.) Ação Educativa na creche. Porto Alegre: Mediação, 1995.	HOFFMANN, Jussara Avaliação na pré-escola. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos

	<p>curricular para Educação Infantil que fundamentam as escolhas na prática pedagógica. 2. Ampliar o conhecimento e domínio em aspectos teóricos e pedagógicos para tomada de decisões no exercício profissional com crianças de zero a seis anos.</p>		<p>Educação Infantil: cuidados e ações educativas em berçários e creches e as atividades educativas na pré – escola. Os eixos-temáticos e a aprendizagem infantil no Referencial Curricular Nacional – RCNEI. O lúdico na Educação Infantil.</p>	<p>(Cad. Educação Infantil, v 1) KAMII, Constance. A criança e o número. Campinas, SP: Papirus.1994. KRAMER, Sonia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação Infantil. São Paulo: Ática. 2000. SANTOS, Santa Marli Pires dos. Brinquedo e Infância: um guia para pais e educadores em creche. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.</p>	<p>Educação Infantil, v. 3) REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança..3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Infantil, v. 6) RODRIGUES, Maria Bernadete C. e AMODEO, Maria Celina B. (Coords.) O espaço pedagógico na pré-escola. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 1995. (Cadernos Educação Infantil, v. 2) ANTUNES, Celso. Educação infantil: Prioridade imprescindível. 5.ed. Petrópolis:Vozes, 2004. CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis P. da Silva [organização]. - Educação Infantil: Pra que te quero. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p>
<p>15 - Fundamentos e Prática da Alfabetização</p>	<p>Identificar aspectos teóricos metodológicos que orientam a elaboração de projetos aula na alfabetização ; Analisar os diferentes métodos de alfabetização e sua relação</p>	<p>80 h/a</p>	<p>A avaliação no trabalho de alfabetização; o trabalho com projetos de leitura e escrita; a alfabetização e suas questões didáticas; a prática diária de leitura em sala de aula; entendendo o erro ortográfico;</p>	<p>AZENHA, Maria da Graça. Imagens e letras: Ferreiro e Luria duas teorias psicogenéticas. São Paulo: Ática, 1995. FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Tradução Diana Myriam Lichtenstein, Mário Corso. Oorto Alegre: ARTMED, 2007.</p>	<p>SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. / Magda Soares. - 15 ed. São Paulo: Ática, 1997. FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Tradução Diana Myriam Lichtenstein, Mário Corso. Oorto Alegre: Artmed, 2007. SOARES, Magda. Letramento:</p>

	com a construção do conhecimento		ensinando a ortografia; trabalhando com a pontuação; diferenças entre usar a língua e falar sobre a língua.	SOARES, Magda. Letramento: Um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.	Um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. GEEMPA, Grupo de Estudo sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação Alfabetização em classes populares / coordenação [de] Esther Pillar GROSSI, Carmem Maria Craidy; MARZOLA, Norma. 4. ed. Porto Alegre: Kuarup, 1988.
16 - Fundamentos e Prática do Ensino de Artes	Proporcionar ao acadêmico referências teórico-práticas sobre a arte em sua totalidade para que possa perceber, sentir e vivenciar a arte como um grande e pouco explorado meio de educar para a vida. Ampliar as possibilidades de atuação pedagógica que envolva o trabalho com música,	80h/a	Introdução à criação, música, pintura, escultura. Literatura, e cinema. Ferramentas básicas e projetos específicos para o trabalho com Filosofia, Literatura e Arte.	CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. 3. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2002. PILLAR, Analice Dutra (Org.). A educação do olhar no ensino das artes. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. REVERBEL, Olga. Um Caminho do Teatro na Escola. São Paulo, Scipione 1989.	BARBOSA, Ana Mae. A Imagem no ensino da arte: Anos 1980 e novos tempos. 9.ed. São Paulo: Perspectiva: 2014. CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. - 3. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2002. BRASIL. Aula lá fora / [gravação de vídeo] - Brasília :TV Escola & Fundação Régua e Compasso, 2003. PARÂMETROS Curriculares Nacionais: Artes/MEC/SEF. 1996. PROENÇA, Graça. História da Arte. São Paulo, Ática, 2001.

	dança, teatro e artes visuais. Socializar metodologias e práticas relativas ao ensino de Arte na escola.				
17 – Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências.	Oferecer ao aluno condições para que identifique os processos de ensino aprendizagem de Ciências naturais, bem como os fundamentos desta área. Desenvolver procedimentos, atitudes e valores necessários ao bom desempenho da função docente, de forma reflexiva, crítica e comprometida com os valores democráticos e com a melhoria da qualidade de vida de nossas	80h/a	Estudo sobre os diversos aspectos do ensino de ciências; análise dos limites e possibilidades do trabalho do professor de ciências.	DELIZOICOV, D. & ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 1991. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A. & PERNAMBUCO, M.M. Ensino de Ciências : fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução (1º e 2º ciclos). Vol. 1 / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. GRANGER, Gilles-Gaston. A ciência e as ciências. São Paulo: UNESP, 1994. COELHO, Geslie. Guia e Recursos Didáticos: Ciências Naturais. São Paulo: Moderna, 2005.	SANTOS, Flávia Maria Teixeira dos; GRECA, Ileana Maria Greca [organização] - A Pesquisa em ensino de ciências no Brasil e suas metodologias. Ijuí: Unijui, 2007. BRASIL. Mundo da ciência / [gravação de vídeo] - Brasília :TV Escola, 2003.1 DVD (ca. 10 min) :son., color. Vol.02 GRANGER, Gilles-Gaston. A ciência e as ciências. São Paulo: UNESP, 1994. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. ed. Secretaria de Educação Fundamental, 2001. FREITAS DE CAMPOS TOZONI-REIS, Brasil. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais:

	comunidades				Ciências Naturais. 2 ed. MEC/SEF, 2000. WEISSMANN, Hilda (Org.). Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões. tradução de Beatriz Affonso Neves Porto Alegre: ARTMED, 1998.
18 - Fundamentos e Prática do Ensino da Língua Portuguesa.	Relacionar os conceitos de leitura, linguagem, pensamento e cultura; Identificar as tendências pedagógicas relacionadas ao ensino da língua portuguesa; Refletir sobre a leitura na vida das crianças Reconhecer as leituras adequadas às crianças e os diferentes tipos de gramática; Compreender o sistema da escrita do português e suas relações com textos; Ler, analisar e produzir diferentes tipos de texto	80 h/a	Abordagem da leitura de mundo, a comunicação e o texto, domínios relacionados aos mecanismos específicos de linguagem, a formulação de juízos articulados e à sua expressão. Domínios com base no qual se desenvolve o raciocínio interdisciplinar. Domínio relacionado ao desenvolvimento de consciência sobre o ato de comunicação, oralidade e princípio de textualidade, utilização social da oralidade e escrita. Domínio	CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Scipione, 2000. GNERRE, Maurício. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Pontes, 2002. MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. KATO, Mary. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1999.	GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna – Rio de Janeiro – Fundação Getulio Vargas – 1995 SAVIOLI, Francisco Platão Gramática em 44 Lições São Paulo - Editora Scipione – 1996. TARDELLI, Marlete Carboni. Ensino da Língua Materna: Interações em Sala de Aula - Vol. 9. São Paulo: Cortez, 2002. KATO, Mary. O Aprendizado da leitura. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Alfabetização: A criança e a linguagem escrita. Campinas: Autores Associados, 2003.

	com coesão e coerência;		relacionado ao desenvolvimento da consciência sobre o ato da comunicação, seu valor social, individual e em diversas formas. Conceitos e intermédios entre os domínios da Leitura de Mundo e o Texto. Domínio curricular referente ao desenvolvimento das habilidades formais de expressão e de decodificação de mensagens verbais e não verbais.		
19 - Fundamentos e Prática do Ensino de História	Conceituar a História e compreender a importância de seu ensino nas séries iniciais; Conhecer e analisar os conteúdos curriculares de História propostos, Conhecer e implementar	80 h/a	As metodologias relativas ao estudo dos acontecimentos situados no tempo por meio de fontes históricas, documentos, objetos arqueológicos, coleção, tradição oral, tendo como referencial	NIDELCOFF, Maria Teresa. A escola e a compreensão da realidade. São Paulo: Brasiliense, 1979. PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de História e geografia. São Paulo: Cortez, 1991. BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. 87, p. (Coleção	NEMI, Ana Lúcia Lana. Didática de História: O tempo vivido: uma outra história? São Paulo: FTD, 1996. NIDELCOFF, Maria Teresa. As ciências sociais na escola. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 16 – 24. PINSKY, Jaime (Org.). O ensino da história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1988. TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues;

	novas técnicas de trabalho para o ensino da História; Debater e analisar os critérios de avaliação no ensino de história;		teórico a pedagogia por projetos e suas implicações práticas.	Primeiros Passos, n. 17).	FONSECA, Dante Ribeiro da. História regional: (Rondônia). - 4 ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003. SILVA, Marcos A. da. [organização]. Repensando a história. 3.ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
20 - Fundamentos e Prática do Ensino de Geografia	Conceituar Geografia e compreender a importância do seu ensino nas séries iniciais; Conhecer e analisar os conteúdos curriculares de geografia propostos e a importância do trabalho de campo para abordar determinados conteúdos geográficos.	80 h	As metodologias relativas ao estudo dos acontecimentos contextualizados no espaço por meio de mapas físicos, políticos, temáticos e históricos, assim como, esquemas, quadros e descrições. O homem enquanto sujeito que constrói e reconstrói o espaço: conceitos de espaço, lugar e território.	LACOSTE, Yves. A geografia: isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, Papirus, 1988. (3) AB´SABER, Aziz Nacib. Geografia e questão ambiental. São Paulo: Marco Zero, 1988. SANTOS, Milton. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991 KOZEL, Salette; FRIZOLA, Roberto. Didática de Geografia: memórias da terra: o espaço vivido. São Paulo: FTD, 1996.	Moreira, Ruy. O que é geografia. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. DOLLFUS, Olivier. O Espaço geográfico. 4.ed., São Paulo: Difel, 1982. PONTUSCHKA, Nídia Nacib ; PANGANELLI, Tomoko Iyda ; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia. 3 ed. São Paulo: São Paulo: Cortez, 2009. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2008. GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e modernidade. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

<p>21 - Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática I</p>	<p>Proporcionar aos futuros professores discussão e experimentação inerente a prática pedagógica no ensino fundamental – anos iniciais e na Educação de Jovens e Adultos. E revisar os respectivos conteúdos matemáticos previstos nos PCNs do ensino fundamental – Anos Iniciais</p>	<p>80 h/a</p>	<p>O ensino da matemática; conceito de número; classificação; série e sequências; as necessidades reais do aluno relativas ao aprendizado da matemática.</p>	<p>CARRAHER, T. N. Aprender pensando. São Paulo: Vozes, 1984. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e aplicações. São Paulo: Ática, 1999. FAINGUELERNT, Estela Kaufman. Educação Matemática: Representação e construção em geometria. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p>	<p>BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais/Matemática. Brasília: MEC/SEF. 1997. CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da Matemática. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011. REIS, Silvia Marina Guedes dos. A matemática no cotidiano infantil: jogos de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Campinas: Papyrus, 2006. COLL, César; TEBEROSKY, Anna. Aprendendo matemática: Conteúdos essenciais para o ensino fundamental. São Paulo: Ática, 2002.</p>
<p>22 - Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática II</p>	<p>Proporcionar aos futuros professores discussão e experimentação inerente a prática pedagógica no ensino fundamental – anos iniciais e na Educação de</p>	<p>80 h/a</p>	<p>Estudo dos objetivos que o ensino da Matemática deve cumprir no currículo de educação básica.</p>	<p>BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais/Matemática . Brasília: MEC/SEF. 1997. CARRAHER, T. N. Aprender pensando. São Paulo: Vozes, 1984.</p>	<p>SMOOTHEY, Marion. Atividades e jogos com escalas. [tradução de] Sérgio Quadros. São Paulo: Scipione, 2005. COLL, César; TEBEROSKY, Anna. Aprendendo matemática: Conteúdos essenciais para o ensino</p>

	Jovens e Adultos. E revisar os respectivos conteúdos matemáticos previstos nos PCNs do ensino fundamental – Anos Iniciais			SMOOTHEY, Marion. Atividades e jogos com números. [tradução de] Sérgio Quadros. - São Paulo: Scipione, 2006. BOYER, Carl Benjamin História da Matemática. [tradução de] Elza F. Gomide. São Paulo: 2.ed. Edgard Blücher, 2006.	fundamental. São Paulo: Ática, 2002. SMOOTHEY, Marion. Atividades e jogos com círculos. [tradução de] Antônio Carlos Brolezzi. - São Paulo: Scipione, 2006. GUELLI, Oscar. Matemática série Brasil. São Paulo: Ática, 2003.
23 - Fundamentos e Prática do Gerenciamento Escolar	Promover debates sobre os aspectos históricos e legais referentes ao papel da supervisão escolar Conhecer o gerenciamento escolar e suas funções; Propiciar condições viáveis para o desenvolvimento da pesquisa em campo a fim de promover a relação entre a teoria e a prática pedagógica	80 h/a	Supervisão Escolar; O supervisor e a relação entre escola, o contexto social, econômico e político; Supervisor e a Organização do Trabalho na escola; O supervisor e o planejamento; Procedimentos Metodológicos da Ação Supervisora; O Supervisor e a Avaliação Escolar.	SAVIANI, Dermeval. Educação Brasileira: Estrutura e Sistema. São Paulo: Cortez, 1995. LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 15 ed. São Paulo: Loyola, 1998. WEISZ, T. Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. Ática, São Paulo, 2000.	FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 5ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980. PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública: .3 ed. São Paulo: Ática, 2001. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: Teoria e prática. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004. (2) KUENZER, Acácia Zeneida ... [et.al]. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006. KEITH, Sherry [et.al]. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
24 - Fundamentos e	Desenvolver atitude crítica reflexiva	80 h/a	Conceituação de lazer e recreação e o	ALMEIDA, P.Nunes. Educação Lúdica.	BERTHERAT, T.; Bernstein, C. O corpo tem suas razões. J.

<p>Práticas em Recreação e Jogos</p>	<p>acerca da educação contemporânea, mais especificamente a recreação e os jogos na escola como meio de formação do homem.</p>	<p>estudo das características das atividades recreativas no contexto educacional; seus valores educacionais e sociais e suas possibilidades pedagógicas na educação infantil; desenvolvimento de técnicas de jogos e recreação em consonância com as características e necessidades de cada faixa etária; métodos para a confecção e utilização de material alternativo; planejamento de atividades recreativas de classe ou extra-classe com base nos recursos humanos e materiais disponíveis na escola; correlação da recreação com outras disciplinas do currículo escolar.</p>	<p>São Paulo- SP: Ed. Loiola, 6. ed., 1990. FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Ed. Scipioni, 3. ed. 1992. GUERRA, Marlene. Recreação e lazer. P. Alegre: Ed. Sagra, 3. ed., 1991. REVERBEL, O. Um caminho do teatro na escola. São Paulo: Scipione, 1998.</p>	<p>Pessoa- PB, UFPB, 2. ed. 1998. SANTOS, Santa Marli Pires dos; CRUZ, Dulce Regina Mesquita da. Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. WEISS, Luise. Brinquedo e engenhocas: Atividades lúdicas com sucata. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1993. MURCIA, Juan Antonio Moreno... [et al.]. Aprendizagem através do jogo. Porto Alegre: ARTMED, 2005.</p>
--------------------------------------	--	---	---	--

<p>25 – Gestão do Trabalho Escolar</p>	<p>Compreende r a gestão e seus diferentes campos de atuação como base propulsora na educação. Posicionar a administraçã o escolar no contexto atual.</p>	<p>80 h/a</p>	<p>A contribuição do trabalho coletivo no âmbito da gestão escolar: Elaboração, organização, coordenação e avaliação do projeto político- pedagógico da escola e a gestão do trabalho pedagógico do educador no contexto da sala de aula.</p>	<p>LIBÂNEO, Jose Carlos. Organização e gestão da escola teoria e prática; Goiânia: ed. Alternativa, 2001. PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública: 3 ed. São Paulo: Ática, 2001. PARO, Vítor Henrique. Reprovação escolar: Renúncia à educação. / Vitor Henrique Paro. - São Paulo. Xamã, 2001.</p>	<p>Estado de Rondônia. Secretaria de Estado de Educação. Referencial Curricular de Rondônia: Ensino Fundamental. Porto Velho: SEDUC, 2013.(1) KUENZER, Acácia Zeneida ... [et.al] Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006. VELANGA, Carmem Tereza... [et.al] Gestão educacional e escolar: desafios e possibilidades na contemporaneidade. [organização] - Porto Velho: Edufro, 2009. LUCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/uploads/estudos/gestao_escolar/dimensoes_livro.pdf> PADILHA, Paulo Roberto Planejamento Dialógico: Como Construir o Projeto Político Pedagógico da Escola. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012. COLOMBO, Sonia Simões. Gestão educacional: uma nova visão. ed. Porto Alegre:</p>
--	---	-------------------	---	--	--



--	--	--	--	--	--

26 - Gerenciamento de Sistemas Educacionais	Preparar o estudante para o mercado de trabalho. Possibilitar aplicação e testagem de diferentes formas de intervenção em gestão educacional. Desenvolver nos discentes autoconfiança para exercer a gestão escolar.	80 h/a	Articulação da atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola.	LIBÂNEO, Jose Carlos. Organização e gestão da escola teoria e prática; Goiânia: ed. Alternativa, 2001. Consed – Brasília, Progestão, 2001. (módulos I a IX). SAVIANI, Dermeval. Educação Brasileira: Estrutura e Sistema. São Paulo: Cortez, 1995. BREJON, Moysés. Estrutura e funcionamento do ensino de 1. e 2. graus: leituras. 15. ed. São Paulo : Pioneira, 1982. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999.	LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. SP: Cortez, 2002. AMARAL, AnaLúcia ... [et.al]. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Política, estrutura e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012. LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.
27 – História da Educação	Situar a educação de cada época em seu contexto sócio-econômico. Apropriar-se das principais referências teóricas	80 h/a	Objeto, método e teorias e produção da história; história da educação no Brasil e no restante do mundo ocidental até o século XIX.	ARANHA, Maria Lúcia de. História da Educação. 2 ed. São Paulo, Moderna, 1997. EBY, Frederick. História da educação moderna. Porto Alegre: Globo, 1962. GADOTTI, Moacir. História das Idéias	RIBEIRO, M. L. Santos. História da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 1989. PONCE. Aníbal. Educação e lutas de classes. 13 ed. São Paulo, Cortez, 1994 ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil.

	fundamentais em História da Educação. Resgatar elementos básicos da história da educação, estabelecendo hipóteses sobre seu desenvolvimento e constituição política.			Pedagógicas. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2001. GUIRALDELLI, Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 1992. MANACORDA, MÁRIO Alighiero. História da Educação. São Paulo, Cortez, 1989.	Rio de Janeiro: Vozes, 1984. MONTEIRO, A. Reis. História da educação: do antigo "direito de educação" ao novo "direito à educação" A. São Paulo: Cortez, 2006 PESOVENTO, Adriane; SÁ; Nicanor Palhares; SILVA, Sandra Jorge da. História da Educação indígena e colonialidade. Cuiabá: EdUFMT, 2012. TEIXEIRA, Eliane Marta; FARIA, Luciano Mendes de Faria Filho; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. São Paulo : Autêntica, 2003.
28 – Legislação Educacional	Oportunizar ao estudante a noção e compreensão crítica dos aspectos legais que governam a organização do sistema educacional brasileiro. Apropriar-se das referências legais para assegurar condições de trabalho aos profissionais da Educação	80 h/a	A contextualização das leis educacionais nos processos históricos - políticos e sociais – e a aplicabilidade da Lei 9394/96 na escola refletindo sobre a formação do educador a partir dos dispositivos legais.	BRASIL, Ministério da Educação. LDBEN nº. 9.394/96. – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil. (atualizada) CONSTITUIÇÃO da República Federativa do BRASIL – 1988. DEMO, Pedro. A Nova LDB: ranços e avanços. São Paulo; Papyrus, 1997. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO (PCN) VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto Político-pedagógico da	MOTTA, Elias Oliveira. Direito Educacional e Educação no Século XXI. Comentários a nova lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: UNESCO, 1997. SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2008. FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1984.

	e aos destinatários do processo educativo.			Escola: Uma construção possível. 22 ed. Campinas: Papyrus, 2006.	ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS (OCN)
--	--	--	--	--	--

<p>29 – LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais</p>	<p>Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar; Expandir o uso da LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil. Promover o uso da LIBRAS no meio acadêmicos com conhecimentos necessários para valorização da identidade e cultura surda.</p>	<p>80h/a</p>	<p>Noções básicas de libras com vista a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos envolvendo a estrutura da língua de sinais e suas especificidades . Fundamentos da educação de surdos. O surdo no espaço escolar. Estudos de diferentes áreas que se propõem a ampliar a reflexão sobre a exclusão social dos grupos minoritários de base antropológica e cultural, buscando referenciais que permitam conceber os surdos como sujeitos culturais.</p>	<p>KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. BRITO, Lucinda F. Brito [organização]. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC, 1998. Vol. 3 RINALDI, Giuseppe (Org.) Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Deficiência Auditiva. Brasília: MEC, 1997.</p>	<p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua Brasileira de Sinais: Estudos linguísticos. - Porto Alegre: Artmed, 2004. QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2004 GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. MOURA, M. C. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013</p>
<p>30 – Metodologia da Pesquisa</p>	<p>Apoiar-se em fundamentos teórico-pedagógicos</p>	<p>80 h/a</p>	<p>Espaço utilizado para a integração horizontal das</p>	<p>MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia</p>	<p>CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. A metodologia científica para uso dos</p>

em Educação	oriundos da pesquisa científica e aplicá-las à pesquisa educacional e sistematizada para subsidiar a tomada de decisões no processo de planejamento e atuação em espaços educativos diversos.		disciplinas; de fomento e acompanhamento da elaboração do projeto de monografia dos alunos, que ao final do semestre deverão estar vinculados aos respectivos orientadores sob a responsabilidade do professor da disciplina.	científica. São Paulo: Atlas, 1985. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez 1993. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica: Ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis. São Paulo: Atlas, 1988. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	estudantes universitários. 3 ed. Mcgraw – Hill, São Paulo, 1983. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica: Ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis. São Paulo: Atlas, 1988. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009. BECKER, Howard Saul. Métodos de pesquisa em ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993.
31 – Metodologia da Produção Acadêmica e Científica	a) Enriquecer o processo da construção do conhecimento, através dos Métodos de Pesquisa Científica b) Possibilitar a reflexão crítica da pesquisa educacional; c) Conhecer a base epistemológica da pesquisa para aplicá-la	80 h/a	Introdução às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa educacional: biblioteca, meios informatizados, e outros. Domínio de técnicas de leitura e de produção de textos acadêmicos e suas diferentes abordagens (resenhas,	GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002. KÖCHE, José. C. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. BARROS, A. de J. P. de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990	ANDRADE, Mariana de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 1978.

	nos diversos métodos da pesquisa científica. d) Desenvolver a pesquisa científica na produção de trabalhos científicos		resumos, fichamentos e papers). Como preocupação secundária, introduzir o universo da pesquisa e da abordagem da ciência no meio acadêmico: noções de elaboração de projetos de pesquisa.		GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2006. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. Cortez, 2011.
32 – Oralidade e Escrita	Problematizar as relações entre a oralidade e a escrita, considerando como ambas são representadas na escola e na sociedade, explicitando que se tratam de dois campos do saber lingüístico portadores de características diferenciadas.	80 h/a	As diversas culturas de tradição oral, o surgimento da escrita e a diversidade de papéis que desenvolveu. O impacto da escrita na cultura ocidental: linguagem, significado e análise do discurso.	FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O. AQUINO, Z. G. O. Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino da língua materna. 4.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. 9 ed. São Paulo: Ática, 1999. CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. Manual de expressão oral e escrita: Exposição oral, correção da linguagem, elocução, plano de uma redação. 6 ed. Petropolis: Vozes, 1981. SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. 15 ed. São Paulo: Ática, 1997.	CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 12 ed. Petropolis: Vozes, 1982. LANGACKER, Ronald W. A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos lingüísticos fundamentais. [tradução de] Gilda Maria Corrêa de Azevedo. - 4 ed. Petropolis: Vozes, 1980. BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolingüística. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2002. LANGACKER, Ronald W. A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos lingüísticos fundamentais. [tradução de] Gilda Maria Corrêa de Azevedo. 4 ed.

					Petropolis: Vozes, 1980.
33 – Pensamento Pedagógico Brasileiro	Proporcionar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia o estudo e a compreensão do pensamento pedagógico brasileiro, fazendo a relação teoria-prática com base em um método e técnicas na efetivação da prática docente.	80 h/a	Estudo das correntes pedagógicas do pensamento brasileiro em educação, ressaltando idéias de alguns autores sobre a aplicação de suas teorias no contexto da formação do educador. Análise do movimento das grandes construções epistemológicas da educação brasileira.	FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade : História, Teoria e Pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 1994. GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2000. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996. LIBANIO, José Carlos. Democratização da escola pública. São Paulo, Ed. Loyola, 1985.	FREIRE, Madalena. Educação como paixão de conhecer o mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. MENEZES, Jaci Maria Ferraz. 500 anos de educação: Diferenças e tensões culturais. In: Sociedade Brasileira de História da Educação. (Org.). Educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2001.
34 – Políticas Públicas em Educação	Estudar e compreender as políticas educacionais no contexto da história do processo político brasileiro e conjuntura social, política e econômica contemporânea e seus vínculos com a área educacional. Identificar e problematizar	80h/a	Programas governamentais em educação (educação básica e ensino superior; educação de jovens e adultos; educação profissionalizante, educação especial, educação à distância) e seus desdobramentos.	MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda. MULLER, Maria Lúcia Rodrigues (Org.). Educação na interface da relação estado-sociedade. Cuiabá: UFMT, 2006. CABRAL, Antônio Neto (Org.). Política educacional: desafio e tendências. Porto Alegre: Sulina, 2004. SOUZA, Andréia da Silva Quintanilha (Orgs.). Política educacional e formação de professores:	ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. TAMBORILL, Maria Ivonete Barbosa. Políticas Públicas para a formação docente: Um estudo em Porto Velho/RO. São Paulo: USP, 2005. SILVA, Marinete dos Santos. A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945). Niteroi: Panorama, 1980. SINGER, Paul. Globalização e

	impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar e nas identidades dos atores escolares.			interfaces, modelos e desafios. Porto Velho: EdUFRO, 2009.	desemprego: diagnóstico e alternativas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
35 – Prática Pedagógica em Iniciação Profissional	Preparar o estudante para o mercado de trabalho em docência. Dar condições para aplicar e testar diferentes formas de intervenção na práxis pedagógica. Desenvolver nos discentes autoconfiança para exercer a docência e atividades afins	80 h/a	Atividades práticas de iniciação à docência, com testagem das possibilidades de intervenção pedagógica utilizadas no exercício da docência com diferentes sujeitos na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental em suas diferentes modalidades escolares e não-escolares.	ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1980. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. VEIGA, Ilma Passos Alencastro [organização]. Projeto Político-pedagógico da Escola: Uma construção possível. 22 ed. Campinas: Papyrus, 2006. (2)	LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. SP: Cortez, 2002. FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Ed. Olho d'água, 1993. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
36 – Psicologia da Educação I	Refletir sobre a produção histórica das concepções de homem subjacentes às abordagens do	80 h/a	Métodos, objeto e conceitos da Psicologia; psicologia e educação; inatismo, ambientalismo, interacionismo	BARROS, Célia Silva G. Pontos de Psicologia escolar. São Paulo: Ática, 1989. BRAGHIROLI, Elaine Maria e Outros. Psicologia Geral. 23. ed.	GOULART, Íris Barbosa, Psicologia da Educação. Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

	desenvolvimento humano. Contribuir na formação de professores que dominem os conhecimentos da ciência psicológica para uma atuação voltada às práticas educativas dentro e fora da escola		e sócio-interacionismo, fases do desenvolvimento e seus fatores; família, escola, meios de comunicação, sexualidade e agressividade.	Petrópolis: Vozes, 1990. DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. INTRODUÇÃO à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2006.	OLIVEIRA, M. K. Vygotsky. Aprendizado e Desenvolvimento. São Paulo: Scipione, 1997. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky: A relevância do social. 6.ed. São Paulo: Summus, 2015. PILETTI, Nelson. Psicologia educacional: 12 ed. , 1993. TELES, Maria Luiza Silveira. Uma introdução a psicologia da educação: 8 ed. Petropolis: Vozes, 1994.
37 – Psicologia da Educação II	Compreender como os fundamentos da Psicologia da Educação podem contribuir com a formação do professor para o processo ensino-aprendizagem.	80 h/a	Conceitos, teorias e motivação da aprendizagem; teorias do condicionamento; teorias cognitivas, a relação professor-aluno, educação especial.	DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia da Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. Psicologia do Desenvolvimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. GOULART, Íris Barbosa. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1997.	ARMSTRONG, Thomas. Inteligências múltiplas na sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2001. ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Psicologia: introdução aos princípios básicos do comportamento. 9 ed. Petropolis: Vozes, 1994. BOCK, Ana Mercês Bahia et. al. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. 9

					ed. Petrópolis: Vozes, 1988. MOREIRA, Antônio Marcos. Ensino-Aprendizagem: enfoques teóricos. São Paulo: Editora Moraes, 1987.
38 - Psicomotricidade	Conhecer os conceitos e objetos de estudo da psicomotricidade. Relacionar as práticas pedagógicas com as diversas ideias de corpo e movimento; Compreender o espaço escolar como um local privilegiado para a vivência da potência do corpo real.	80 h/a	Conceituação da Psicomotricidade; Evolução histórica da Psicomotricidade e seus diferentes campos de atuação; Estágios do desenvolvimento em relação com o desenvolvimento psicomotor; Estrutura psicomotora e fundamentos básicos em Psicomotricidade; Atuais práticas reflexivas em Psicomotricidade.	BERTEHERAT, T. e Bernstein, C. (1982). O corpo tem suas razões – Antiginástica e consciência de si. São Paulo: Martins Fontes. FONSECA, Vitor da Psicomotricidade. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1983. FREIRE, J. Batista (1989). Educação física de corpo inteiro. São Paulo: Ed. Scipione.	FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. SILVA, Vera Regina Miranda Gomes da. Prática psicomotora na pre-escola. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. MELLO, Alexandre Moraes de. Psicomotricidade, Educação Física e Jogos infantis. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1996. FONSECA, Denise Grosso da. Educação física: para dentro e para fora além do movimento. 2 ed. Mediação, 2002. CABRAL, Suzana V. Educar vivendo: o corpo e o grupo na escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
39 – Relações Interpessoais	Proporcionar aos alunos uma fundamentação básica e sólida sobre as Relações	80 h/a	As relações interpessoais no contexto da escola; processos de interação e resolução de	WEIL, Pierre e Tompakov, Roland. O corpo fala: A linguagem silenciosa da comunicação não – verbal. 3. ed.	HARRIS, Thomas Anthony. Eu Estou OK você está OK: as relações do bem-estar pessoal. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

	Humanas Inter-pessoais. Despertar a necessidade e a condição de cada indivíduo para uma convivência e um relacionamento mais fraterno		conflitos. O processo de interação humana é complexo e ocorrem permanentemente entre pessoas, sob forma de comportamentos manifestos, sentimentos, reações mentais e/ ou físicas-corporais.	Petrópolis: Vozes, 1973. FRITZEN, Silvino José. Relações Humanas Interpessoais: (Nas convivências grupais e comunitárias). 3 ed. Petropolis: Vozes, 1992. SAWREY, James M. Psicologia do ajustamento. São Paulo: Cultrix, 1974. (1)	WEIL, Pierre. Relações humanas na família e no trabalho. 45 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. HARRIS, Thomas Anthony. Eu Estou OK você está OK: as relações do bem-estar pessoal. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.(1) ÉTICA e cidadania - construindo valores na escola e na sociedade: Ética. Brasília: Ministério da Educação, 2004 ÉTICA e cidadania - construindo valores na escola e na sociedade: Convivência democrática. São Paulo: Ática. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
40 – Sociologia	Compreender a Sociologia como uma disciplina essencial na formação da cidadania, suscitando no educando reflexão crítica sobre a organização da sociedade e sua inserção na mesma. Discutir a concepção de homem e	80 h/a	A Sociologia como ciência e seus métodos. Conceitos sociológicos fundamentais; mudança social; ideologia e cultura.	ALTHUSSER, Luis. Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado. Lisboa, Martins Fontes, s/d. CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1980. MARTINS, Carlos B. O que é sociologia. São Paulo, Brasiliense. MEKSENAS, Paulo. Sociologia. São Paulo, Cortez, 1990.	VITA, Álvaro. Sociologia da sociedade brasileira. São Paulo, Ática, 1989. EMERIQUE, Raquel Balmant. Tempos modernos, tempos de sociologia: Volume único, ensino Médio. São Paulo: Editora do Brasil, 2010. MACHADO, Igor José de Renó et al. Sociologia hoje. São Paulo: Ática, 2015. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil: 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

	sociedade.				
41 – Sociologia da Educação	Compreender os aspectos históricos que fundamentam o estudo da Sociologia da Educação na contemporaneidade. Analisar os aspectos ideológicos, culturais e políticos da sociedade contemporânea a partir das teorias reprodutivistas e críticas.	80 h/a	Estudo das concepções teóricas sobre a educação no discurso sociológico. Fundamentos e significações sociais da educação na sociedade atual; escola e comunidade; organização social e sala de aula.	GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1983. FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 9 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. MORRISH, Ivor. Sociologia da Educação. 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975.	BOURDIEU, Pierre. Lições de aula. São Paulo: Ática, 1988.
42 – Tecnologias Aplicadas à Educação	Apresentar e discutir como as tecnologias da informação e comunicação (TIC) podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Proporcionar informações teóricas-práticas para permitir a percepção e conscientização do impacto da	80 h/a	Abordagem interdisciplinar propondo-se o tratamento das tecnologias de comunicação e informação no ambiente educativo. Os programas de Ensino à distância.	LEVY, PIERRE. As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2. ed., 1993. PAPERT, Seymour M. (1993). A máquina das crianças. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed. 1994. DEMO, Pedro. Conhecimento e aprendizagem na nova mídia. Brasília: Plano, 2001.	ESTEVES, João Pissarra [et al.] - Mídias e processos socioculturais. São Leopoldo: UNISINOS, 2000 WEISS, Alba Maria Lemme. A informática e os problemas escolares de aprendizagem. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Tecnologia Educacional – Descubra suas possibilidades na sala de aula. [Organização] - 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

	tecnologia na educação, principalmente e em relação às mudanças do papel do professor e do aluno.				BELLONI, Maria Luiza. Educação à distância. Campinas: Autores Associados, 2015. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9.ed. Campinas: Papirus, 2015.
--	---	--	--	--	--

d) Alterações na grade (texto adaptação)

A matriz teve, ao longo dos últimos 16 anos, três alterações substanciais que são apresentadas no Anexo D, sob a forma de três tabelas, a saber: tabela de 2002, com erros, tabela de 2002, com correções, tabela de 2015, com inclusão de LIBRAS.

e) Descrição dos requisitos para integralização de currículo (texto adaptação):

Para obter o título de Licenciado em Pedagogia, o acadêmico deverá cumprir 3.460 horas, com os componentes curriculares. Nesse aspecto a integralização se dá pelas 20h de práticas de cada uma das disciplinas, que leva a inserção em escolas ou ainda em contextos extraescolares.

f) ENADE- Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (texto adaptação):

O curso de Pedagogia participa do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE) desde 2011, na condição de curso reconhecido. No ano de 2011, o curso obteve a nota 4, sendo considerado o melhor curso da Região Norte. Em 2014, na última avaliação, o curso obteve conceito 3.

c) Atividades Complementares (texto original)

Ao longo do curso, o aluno deverá participar de atividade de Pesquisa e de Extensão tais como Seminários, Colóquios, organização de eventos, Semanas de Curso, Debates, grupos de estudos, grupo de pesquisa, iniciação científica, projetos de pesquisa, prestação de serviços à comunidade. O aluno deverá totalizar 100 horas ao longo sua trajetória acadêmica, que são compreendidas no componente curricular Estudos Independentes.

Os Estudos Independentes com carga horária de 100 (cem) horas visam oportunizar a diversificação e ampliação de experiências. Ele fornece liberdade ao acadêmico para, desde o início de sua formação, priorizar um processo de especialização na formação profissional.

d) O Regulamento específico do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

O Regulamento para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se delineado no Apêndice A, sob o título de – Regimento para Elaboração de Trabalho Monográfico.

Monografia de conclusão de curso (texto original)

A atividade de produção de Monografia de Conclusão de Curso acontecerá como desdobramento do perfil do curso, ou seja, ao longo dos cinco semestres que antecedem a formalização da relação de orientação, é fundamental que os professores ao realizarem seus trabalhos em sala de aula, orientem algumas atividades como a avaliação, por exemplo, para se configurarem como embrionários da pesquisa. Desta forma, estaremos construindo um processo de aprendizagem que consegue construir junções importantes entre teoria, prática e pesquisa, culminando numa atividade de orientação e geração do conhecimento ao longo do trabalho da elaboração da monografia.

A monografia de conclusão de curso é espaço curricular destinado à realização da pesquisa/ensaio, que representará a culminância da produção intelectual de cada aluno do Curso de Pedagogia.

Para desenvolvê-lo é preciso que o aluno esteja preparado para trabalhar intelectualmente, podendo desenvolver o estudo, a leitura e a documentação pessoal, com relativa autonomia. Desta forma, é importante estabelecer uma sistemática de trabalho que contemple horas de leitura e reflexão sobre o tema pesquisado, horas de pesquisa de campo e coleta de dados e horas de orientação individual e coletiva.

O exercício da escrita deve ocorrer em todas as fases da pesquisa, pois mesmo que o texto venha a ser modificado o ato de escrever já estará consolidado. Além disso, o registro de informações e as análises preliminares preservam o aluno da possível aceleração na elaboração final da monografia, e do comprometimento da qualidade do texto a ser apresentado.

Busca e definição do orientador

Em decorrência dos contatos ocorridos entre o aluno, o orientador e o professor da disciplina de Pesquisa em Orientação e Monografia, a definição formal da orientação do trabalho de Monografia de Conclusão de Curso deverá ocorrer em requerimento encaminhado ao Chefe do Departamento de Ciências da Educação, que levará ao conhecimento e aprovação do Conselho de Departamento; estando assim formalizada a relação de orientação, observando-se o número máximo de oito orientandos por professor orientador.

Apresentação Pública

Uma das atividades inerentes à monografia é a apresentação do trabalho para os professores do departamento, alunos, ex-alunos e demais interessados. É necessário que o estudante esteja atento para a importância deste momento para sua formação acadêmica, e para tanto elabore e participe da apresentação com mesmo cuidado que escreve seu trabalho. Além disso, a apresentação é parte da avaliação final do aluno para a qual será atribuída uma nota, a exemplo das disciplinas do curso regular de pedagogia.

A exposição deverá ser sempre oral e caso o estudante queira poderá utilizar-se de outros recursos tais como: slides transparência, vídeo e outros. O uso destes aparatos poderá auxiliar o expositor, mas não é obrigatório.

As monografias deverão ser entregues no Departamento de Ciências da Educação no mínimo com 30 dias de antecedência da data da defesa, em 5 cópias impressas (3 para a banca, uma para o departamento e uma para a biblioteca), em um disquete.

No ato do depósito da monografia, o aluno deverá entregar também uma cópia em papel e uma no mesmo disquete da monografia contendo o arquivo de um artigo de sua autoria (contendo entre 5 e 10 laudas, com a mesma disposição gráfica exigida na monografia) versando sobre o tema de sua monografia, que será objeto de parecer para futura publicação em revista da Universidade.

Monografia de conclusão de curso (texto adaptação)

A Monografia consiste num processo de reflexão e elaboração intelectual de cada estudante, podendo ser uma pesquisa de natureza bibliográfica e/ou pesquisa de campo, que deverá gerar um trabalho de iniciação científica, em forma de Monografia. Todo o aluno concluinte deverá construí-lo e produzi-lo individualmente, acompanhado de um docente Orientador.

As investigações orientadas sob supervisão de um orientador/a poderão se dar em vários ambientes como: escolas, instituições comunitárias, assistenciais, empresariais, organizações não governamentais e outras. Buscam-se analisar procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; o estudo, análise e avaliação de teorias da educação em relação à educação escolar, da Educação Infantil até a Universidade e, em suas diferentes modalidades: Educação Especial, Educação Intercultural, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo etc.

h) Regulamento específico de Estágios (texto adaptação):

De acordo com a Resolução nº.1 CNE/CP, de 15 de maio de 2006, art. 8º, inciso IV, o estágio curricular supervisionado é realizado ao longo do curso, com vistas para uma formação sólida ao exercício profissional. O estágio encontra-se organizado por meio das disciplinas, em 20 horas práticas de cada componente obrigatória. Além disso, há, também, o componente de Prática pedagógica e iniciação profissional, com um total de 80 horas. A soma totaliza 960 horas de prática. Vale lembrar que, no texto de 2002, o componente de estágio inexistia. Entretanto, está em processo de organização no PPC de Reformulação, processo 23118.003929/2017-25

2.8 Representação gráfica da formação do egresso



1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
DHJ30194 LIBRAS	DHJ30009 Psicomotricidade	DHJ30012 Pensamento Pedagógico Brasileiro	DHJ30018 Avaliação Educativa	DHJ30021 Metodologia da Pesquisa em Educação	DHJ30026 Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências	DHJ30031 Legislação Educativa	DHJ30036 Fundamentos e Prática do Gerenciamento
DHJ30001 Metodologia da Produção Acadêmica e Científica	DHJ30004 Relações Interpessoais	DHJ30013 Didática	DHJ30019 Oralidade e Escrita	DHJ30022 Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática I	DHJ30027 Gestão do Trabalho Escolar	DHJ30032 Fundamentos e Prática em Recreação e Jogos	DHJ30037 Prática Pedagógica em Iniciação Profissional
DHJ30002 Filosofia	DHJ30010 Psicologia da Educação I	DHJ30014 Fundamentos e Prática da Educação Infantil I	DHJ30020 Fundamentos e Prática do Ensino de Língua Portuguesa	DHJ30024 Fundamentos e Prática do Ensino de História	DHJ30029 Educação com Portadores de Necessidades Especiais	DHJ30033 Tecnologias aplicadas à Educação	PEDGSE Gerenciamento de Sistemas Educativos
DHJ30003 Análise Linguística	DHJ30006 Sociologia da Educação		DHJ30030 Educação com Jovens e Adultos		DHJ30028 Fund. e Prática do Ensino de Matemática II	DHJ30034 Currículos e Programas	DHJ30038 Elaboração do Trabalho Monográfico
DHJ30005 Sociologia	DHJ30007 História da Educação		DHJ30023 Fund. e Prática do Ens. de Geografia		DHJ30040 Políticas Públicas em Educação	DHJ30035 Fundamentos e Prática em EaD	DHJ30039 Estudos Independentes
	DHJ30008 Filosofia da Educação		DHJ30011 Psicologia da Educação II		DHJ30017 Fund. e Prática da Edu. Infantil II		
			DHJ30015 Fundamentos e Prática da Alfabetização		DHJ30016 Educação com Povos da Floresta		
					DHJ30025 Fund. e Prática do Ensino de Artes		

2.9 Avaliação e metodologia de ensino

2.9.1 Da avaliação institucional (texto adaptação)

Os instrumentos de avaliação utilizados pelo curso de Pedagogia são definidos pela Comissão Própria de Avaliação da Unir. Constituem-se de questionários e indicadores que dizem respeito ao trabalho docente, contemplando, assim, a avaliação da estrutura pedagógica. Além disso, há o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho Estudantil, com seus resultados, que fornecem avaliação da infraestrutura do curso.

2.9.2.1. Avaliação do processo ensino-aprendizagem (texto original)

A avaliação ocorre considerando os aspectos fundamentais que tornam a avaliação da aprendizagem e do processo de autoavaliação como sendo básicos e democrático para garantir a qualidade do ensino, vindo do encontro ao que se encontra explicitado no Regimento Geral da UNIR, seção IX, que trata da Avaliação e da Frequência, Art. 120 “Nos cursos de graduação e pós-graduação, o rendimento do desempenho discente será aferido por disciplina, considerando a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

É um processo permanente e interdisciplinar de diagnóstico, buscando o fortalecimento da aprendizagem do discente pela correção dos erros, mudança dos rumos e das estratégias de ensino, consolidando os padrões de qualidade necessários à formação acadêmica do graduando.

Neste sentido, no momento da avaliação devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- O que de fato vai ser avaliado pelo professor e deve envolver a participação do aluno;
- A construção de padrões avaliativos que considerem as competências exigidas nos estudos realizados no processo formativo;
- A definição dos instrumentos avaliativos a serem utilizados na avaliação;
- A discussão democrática dos procedimentos usados em todas as etapas da avaliação;
- A destinação dos resultados e a implementação de todo o processo.

2.9.2.2 Da avaliação do acadêmico (texto adaptação)

À luz dos referenciais acadêmico-científicos, a formação dos discentes é permeada pelo direcionamento interdisciplinar, conforme anuncia a estrutura de núcleos, que são estimulados a reunir o conhecimento teórico e prático e a partir dele eleger a delimitação de um tema para construir uma Monografia ao final do curso que deve ter sua gênese nos assuntos abordados ao longo do curso e vivenciados na carga horária prática.

Em síntese, a construção do conhecimento sedimenta-se na adoção de metodologias ativas e interativas através de atividades diversificadas, tais como: aulas expositivas dialogadas; trabalhos dirigidos em pequenos e grandes grupos, atividades escritas, leitura, discussão e sistematização de textos, seminários, minifeiras e outros eventos de comunicação acadêmico-científica; visitas a espaços nos quais a atuação do profissional da Pedagogia pode ser

conhecida e analisada, em confronto com a teoria e sob a orientação docente configurados em registros reflexivos.

Os instrumentos de avaliação utilizados no curso seguem a Resolução 251/Consepe, de 27 de novembro de 1997 que regulamenta o sistema de avaliação discente da Unir. Prevalecem aspectos qualitativos de caráter processual, cumulativos e contínuos. Desse modo as avaliações se dão em forma de trabalhos escritos e apresentados oralmente; preparação das práticas de ensino-aprendizagem; atividades práticas com relatórios descritivos; provas escritas (objetivas, subjetivas; não diretivas), realização de oficinas entre outras. É importante destacar que os discentes fazem avaliação de todos os professores por escrito a cada final de semestre, e, os docentes, por sua vez fazem avaliação e autoavaliação em reuniões pedagógicas no decorrer do semestre.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

3.1. Gestão administrativa e acadêmica do curso (texto adaptação)

a) Dados da estrutura o Chefe e Vice Chefe (texto adaptação)

A chefia do Departamento de Ciências Humanas e Sociais desenvolve as atividades administrativas do Departamento com uma carga horária semanal de 10 horas semanais, atendendo a média de 10 (dez) alunos por horas semanais. Ministra um disciplina na graduação, perfazendo uma carga horária de 8 horas.

Nome: Naiara dos Santos Nienow
CPF: 715.378.052.15
e-mail dchsjp@unir.br
Telefones: (69) 3421.7920 (69) 3421.3595
Titulação Máxima: Doutora
Vínculo Empregatício: Estatutária
Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva 40h
Portaria nº 1040/2017/GR/UNIR

A professora Nienow é licenciada em Pedagogia. Tem experiência na Educação Básica no município de Porto Velho e no Estado de Rondônia, trabalha com pesquisas em Estudos da Infância. Atua, no curso de Pedagogia, em áreas e componentes que trabalham a relação entre Estudos da Infância e Educação.

Nome: Patrícia Soares de Maria de Medeiros
CPF: 526.172.384.15
e-mail dchsjp@unir.br
Telefones: (69) 3421.7920 (69) 3421.3595
Titulação Máxima: Doutora
Vínculo Empregatício: Estatutária
Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva 40h
Portaria: 1041/2017/GR/UNIR

A professora De Medeiros possui bacharelado em Biologia. Tem experiência no Ensino Superior, na área de Biologia Celular, Formação de professore de Biologia e Genética, na cidade de Porto Velho. No curso de Pedagogia, atua na área de Ensino de Ciências e Educação à Distância.

b) Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) (texto adaptação):

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui um órgão de natureza pedagógica, tem função consultiva e propositiva para tratar das questões pedagógicas. Sua primeira constituição deu-se com a Portaria 009/2014/DCJP/UNIR, com os membros Josélia Gomes Neves, Irmgard Margarida Theobald, Edneia Maria Azevedo Machado, Neidimar Vieira Lopes Gonzales e Paulo César Gastaldo Claro.

Atualmente, o NDE é composto pela Comissão de Curso, com a portaria 019/2016/DCJP/UNIR, de 15 de Agosto de 2016⁶.

- Gustavo Piovezan
- Edneia Maria Azevedo Machado
- Irmgard Margarida Theobald
- Josélia Gomes Neves
- Naiara dos Santos Nienow
- Neidimar Vieira Lopes Gonzales

Atuação do NDE está normatizada pela Resolução 285/CONSEA, de 21 de setembro de 2012, que dispõe sobre a criação do núcleo para todos os cursos de Graduação da UNIR. Do ponto de vista pragmático, o NDE promove a reflexão sobre a prática pedagógica do corpo docente, tendo em vistas o perfil do egresso. Neste sentido, desenvolveu uma Comissão de Curso, para manter a das atividades avaliativas.

3.2. Recursos humanos (texto adaptação)

3.2.1. Corpo docente (texto adaptação)

Abaixo segue uma lista do perfil docente, por titulação:

- Doutores: 56%
- Mestres: 38%
- Especialistas: 06%
- Graduados: não se aplica.

Os Dados: nome, titulação, regime de trabalho, tipo de vínculo com a instituição (estatutário, substituto, temporário), CPF, função e link do currículo Lattes) e outras informações, conforme o quadro abaixo.

⁶ À data da finalização deste projeto, a professora doutora Josélia Gomes Neves não se encontra mais lotada no DCHS, sendo substituída pela professora doutora Naiara dos Santos Nienow.

QUADRO A:

Nome completo	CPF	e-mail	Tel.	Titulação máxima	Função - Docente	Regim e de trabalho	Vínculo empregatício (Estatutário, CLT, Outros)
Alberto Dias Valadão	336.325.616-72	albertodias@unir.br	(69)3422-4395	Mestrado	Docente	D.E.	Estatutário
Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias	419.832.382-87	alessandra.dias@unir.br	(69)9223-3897	Mestrado	Colaboradora	Colaboradora	Colaboradora
Ana Fanny Benzi De Oliveira	523.274.421-68	fannybastos@unir.br	(19)99863-8526	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Anamaria Silveira	051.201.758-13	anaunir2012@gmail.com	(69)3421-9144	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Edneia Maria Azevedo Machado	408.322.362-68	volneyedneia@hotmail.com	(69)9246-1081	Mestrado	Docente	D.E.	Estatutário
Gustavo Piovezan	044.884.979-85	gpiovezan@gmail.com gpiovezan@unir.br	(69)9314-6262	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Joselia Gomes Neves	220.278.312-15	joseliagomesneves@gmail.com	(69)9246-5611	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Irmgard Margarida Theobald	407.881.139-68	margaridatheobald@gmail.com	(69)3424-5206	Mestrado	Docente	D.E.	Estatutário
Isaura Isabel Conte	925.561.400-20	Isaura.conte@unir.br	(69)984845323	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Paulo Cesar Gastaldo Claro	696.478.100-59	pcclaro@yahoo.com.br	(69)8128-3289	Mestrado	Docente	D.E.	Estatutário
Paulo Sergio Dutra	325.539.002-87	paulodutra@gmail.com	(69)9228-4448	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Naiara dos Santos Nienow	715.378.052-15	naiara.nienow@unir.br	(69)9975-3355	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Neidimar Vieira Lopes Gonzales	340.381.832-20	neidimar@unir.br	(69)8402-6262	Mestrado	Docente	D.E.	Estatutário
Patrícia Batista Franco	200.148.528-02	patricia.franco@unir.br	(69)8124-1919 (69)9938-9939	Mestrado	Docente	D.E.	Estatutário

Patricia Soares de Maria de Medeiros	526.172.384.15	patricia@unir.br	(69) 98416-4632	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Reginaldo de Oliveira Nunes	926.137.051-91	reginaldonunes@unir.br	(69) 999922946	Doutorado	Docente	D.E.	Estatutário
Rosiane Ribas de Souza Eler	635.080.102-44	rosiane.ribas@unir.br	(69) 9248-9381	Mestrado	Docente	D.E.	Estatutário

QUADRO B:

Nome completo	SIAPE	Depto. de origem	Disciplina(s) que ministra no Curso	Experiência Profissional, excluindo as atividades de magistério	Experiência no exercício da docência na educação básica.	Experiência de magistério superior	Link do Currículo Lattes
Alberto Dias Valadão	2300765	DCHS-JP	-Psicologia da Educação -Psicologia da Educação -Metodologia da Pesquisa em Educação	25 anos	17 anos	9 anos	http://lattes.cnpq.br/8199446149382420
Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias	2494641	Colaboradora	Educação com Jovens e Adultos Políticas Públicas Fundamentos e práticas do gerenciamento escolar	16 anos	10 anos	17 anos	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4756084Z7
Ana Fanny Benzi De Oliveira	1192650	DEMAT	Fundamentos e práticas do ensino da matemática II	19 anos	6 anos	20 anos	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4756010Y6
Anamaria Silveira	15239829	DCHS-JP	Educação com Portadores de Necessidade	00	25 anos	11 anos	http://lattes.cnpq.br/1501921246241020

Ednéia Maria Azevedo Machado	1804 965	DCHS-JP	-Gerenciamento do Trabalho Escolar -Currículos e Programas - Psicomotricidad e -Gestão do Trabalho Escolar	00	11 anos	8 anos	http://lattes.cnpq.br/3500374165747022
Gustavo Piovezan	1123 300	DCHS-JP	-Filosofia -Filosofia da Educação -Fundamentos e Práticas do Ensino de Ciências	00	Zero	3 anos	http://lattes.cnpq.br/0241426638379939
Irmgard Margarida Theobald	0396 493	DCHS-JP	-Metodologia da Produção Acadêmica e Científica -Metodologia da Pesquisa em Educação - Elaboração de Trabalho Monográfico -Fundamentos e Prática em Educação Infantil I -Fundamentos e Prática Em Educação II	00	15 anos	29 anos	http://lattes.cnpq.br/3482501003535694
Isaura Isabel Conte	3000 542	DCHS-JP	Fundamentos e Prática do Gerenciamento Escolar Fundamentos e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	03 anos	00	03 anos	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4209605T5

Joselia Gomes Neves	1461839	DCHS	Educação com os povos da floresta Fundamentos e práticas da alfabetização Didática	14 anos	8 anos		http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4734261Y6
Paulo Cesar Gastaldo Claro	1356501	DCHS-JP	-Sociologia -Sociologia da Educação -Educação Ambiental	5 anos	4 anos	15 anos	http://lattes.cnpq.br/6594485441599232
Paulo Sergio Dutra	1726782	DCHS-JP	-História da Educação -Fundamentos do Ensino de História -Fundamentos do Ensino de Geografia -Fundamentos do Ensino de Ciências -Metodologia da Pesquisa em Educação -Políticas Publicas	8 anos	16 anos	8 anos	http://lattes.cnpq.br/8970570937656664
Naiara dos Santos Nienow	2294222	DCHS-JP	- Psicomotricidad e -Fundamentos e Práticas de Educação à Distância -Educação com Jovens e Adultos	7 anos	3 anos	8 anos	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4734196U0
Neidimar Vieira Lopes Gonzales	17358272	DCHS-JP	-Avaliação Educacional -Fundamentos e Prática do Ensino de Artes	00	14 anos	14 anos	lattes: http://lattes.cnpq.br/2204142633448298

			-Legislação Educacional Fundamentos e Prática em Recreação e Jogos -Relações Interpessoais				
Patrícia Batista Franco	2166 149	DME-JP	Tecnologias Aplicadas à Educação	17 anos	00	6 anos	http://lattes.cnpq.br/9759087201586917
Patricia Soares de Maria de Medeiros	1303 572	DCHS	- Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências - Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais - Fundamentos e práticas em Educação a Distância - Prática Pedagógica em Iniciação Profissional	7anos e 6 meses	00	19 anos	http://lattes.cnpq.br/3519588719846194
Reginaldo de Oliveira Nunes	1813 620	DCHS	Sociologia da Educação com Povos da Floresta	4 anos	4 anos	12 anos	http://lattes.cnpq.br/8431281535794370
Rosiane Ribas de Souza Eler	2124 243	DCHS	Libras	00	16 anos	3 anos	http://lattes.cnpq.br/0390263601385505

3.2.2. Corpo discente (texto adaptação)

Tal como determina a Resolução 278/CONSEA/UNIR, de 4 de Junho de 2012, as ações destinadas ao corpo discente são projetos e atividades institucionais, com vistas à promoção da permanência dos alunos no curso de Pedagogia da UNIR Ji-Paraná são principalmente as desenvolvidas pela PROCEA - Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Comunitários e Estudantis, destacando-se:

- a) O Programa Bolsas de Permanência (PBP) sob responsabilidade de uma Comissão nomeada pela Direção do Campus para atender todos os cursos;
- b) O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da CAPES.
- c) O Programa de Monitoria Acadêmica para estudantes bolsistas.
- d) As políticas de apoio aos estudantes com deficiência estão sendo implantadas pela universidade, desde o ano de 2015.
- e) O campus conta com uma servidora técnica Tradutora e Interprete de LIBRAS para acessibilidade linguística no campus.

3.2.3. Técnicos Administrativos (texto adaptação)

Até o momento não contamos com técnicos administrativos.

4. INFRAESTRUTURA (texto de adaptação)

a) Descrição da estrutura administrativa do curso (texto adaptação)

Sala de aula: duas salas, Bloco 2, salas 1 e 2.

Tipo: alvenaria

Metragem: 78,32m²

Capacidade: 50 alunos (cinquenta alunos)

Infraestrutura interna: uma mesa para docente, uma lousa de vidro, dois aparelhos de ar condicionado Split Electrolux 24.000 BTUS

Sala da chefia de departamento:

Tipo: alvenaria

Metragem: 30m²

Infraestrutura interna: duas mesas de trabalho, dois computadores, Datashow, duas cadeiras para atendimento

b) Descrição do suporte administrativo do campus (texto adaptação)

O Laboratório Curumim possui um coordenador e um vice coordenador. O campus conta com uma Secretaria Executiva, com atendimento das 8h às 18h e a SERCA – Secretaria de

Registro Acadêmico, com atendimento 8h às 20h. Do ponto de vista deliberativo, o campus conta com duas instâncias colegiadas, os Conselhos de Departamentos e o Conselho de Campus.

c) Equipamentos e laboratórios (texto adaptação)

Laboratório didático-pedagógico curumim – funcionando numa sala próximo à sala dos professores. Conta com duas mesas redondas com cadeiras, um computador, duas estantes com livros e com brinquedos e jogos pedagógicos, sendo estes, resultados de campanhas de doação dos estudantes de pedagogia.

d) Biblioteca (texto adaptação)

A biblioteca existente no campus de Ji-Paraná atende ao curso de Pedagogia. Além disso, a biblioteca atende aos cursos de licenciatura em Educação Intercultural, Física e Matemática, isto é, áreas afins que contribuem para a discussão formadora em Educação e, tão logo, em Pedagogia.

O horário de funcionamento: das 8h da às 22h40min.

Bibliotecária: Marlene Deguschi

1. Acervo: com, aproximadamente, 6.514 (seis mil, quinhentos e quatorze) itens, entre livros e multimeios (CD, DVD) cadastrados. Desses, aproximadamente:

e) Infraestrutura básica utilizada no ensino (texto adaptação)

O curso conta com um laboratório didático-pedagógico, Laboratório Curumim, cuja finalidade é atender crianças, por meio de atividades com os acadêmicos do curso de Pedagogia, direcionando a formação docente. Infraestrutura: duas mesas com capacidade para quatro pessoas, duas mesas para estudo individual, computador, dez cadeiras, material lúdico, duas estantes de aço e um armário com portas.

Além disso, há duas salas de aula, que contam com uma mesa e cadeira para o docente e 50 mesas e cadeiras para os estudantes. As salas são equipadas com ar condicionado Split Electrolux, 24.000 BTU.

f) Acessibilidade (texto adaptação)

A UNIR destina 5% (cinco por cento) das vagas da ampla concorrência aos candidatos com deficiência, em conformidade com a descrição constante no Decreto nº 3.298/99, que estabelece a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência e Decreto nº 7.612/2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite

Em termos de infraestrutura, o campus hoje conta com obras em andamento de vias de acesso as salas de aulas e aos diversos setores com acesso coberto e com sinalização piso podotátil.



Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal De Rondônia
Campus De Ji-Paraná
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS
Curso de Pedagogia

5 BIBLIOGRAFIA

Referências PPC

BRASIL. Decreto 4281/2002. Regulamenta a Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>.

_____. Presidência da casa civil. Lei 7011/1982. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Rondônia. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7011.htm>.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: As Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei 9795/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>.

_____. Lei 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>.

_____. Parecer 115 CNE/CP/99. Diretrizes Gerais para os Institutos Superiores de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/p53.pdf>.

_____. Parecer CNE/CES 0232/2002. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>.

_____. Lei 4281/2002. Regulamenta a Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>.

_____. Lei 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>.

_____. Lei 10.639/2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:< http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf>.

_____. Lei 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 5/2005. Brasília: MEC/CNE, 2005. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>.

_____. Ministério da Educação. Censo escolar. Brasília: MEC, 2005.

_____. Decreto 5.626/2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1/2006, que estabelece as Diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. Presidência da casa civil. Lei 11.274/2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111274.htm>.

_____. Lei 11.645/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>.

_____. Lei 11.769/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Disponível em:< <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008-08-18:11769>>.

_____. Certidão 45 PROCEA/ 2012. Unir, 2012.

_____. CONAES/Resolução 01/2010. Núcleo docente estruturante. Disponível em:
http://www.pucsp.br/cpa/downloads/21_03_11_nucleo_docente_estruturante_resolucao_conaes_1_17_junho_2010.pdf.

_____. Lei 12.764/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do-art. 98 da Lei nº 8.142, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>.

_____. Câmara Federal. Lei 12.796/2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm>.

_____. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192.

_____. Lei 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>.

_____. Parecer 08/2012 ENE. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10356-pceb008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>.

_____. Resolução CNE/02/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192>.

_____. Resolução 01/2012. Dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9816-rceb001-12&Itemid=30192>.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília: MEC/CNE, 2015.

_____. Lei 13.185/2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm>.

_____. Lei 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA. Resolução 61/2002. CONSEA. Reformulação do curso de pedagogia. 2002.

_____. CONSEPE. Resolução 251/1997. Regulamenta Sistema de Avaliação Discente da UNIR. Disponível em: < Regulamenta Sistema de Avaliação Discente da UNIR>.

_____. CONSUNI. Resolução 135/1998. Unir, Rondônia, 1998.

_____. Resolução 138/1999. Unir. Rondônia. 1999.

_____. Resolução 321/99. Consepe. Unir, 1999.

_____. Parecer 249/CGR. Unir, 2002.

_____. Resolução 259/2011. CONSEA. Especialização projuvem saberes da terra. Unir, 2011.

_____. Resolução 285/CONSEA, 2012. Dispõem sobre a criação do núcleo docente estruturante (NDE) para todos os cursos de graduação da Fundação Universidade de Rondônia (UNIR). Criação do NDE. Consea, 2012.

_____. Resolução CONSEA 278/2012. Regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <
http://www.eletrica.unir.br/uploads/61616161/arquivos/Resolu_o_278_CONSEA_2012_Par_metros_d_e_Elabora_o_de_Projetos_Pol_ticos_Pedag_gicos_dos_Cursos_da_UNIR_1756106955.pdf>.

_____. Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018. Disponível em: <
http://www.pdi.unir.br/downloads/2692_pdi_unir_2014_2018_versao_pos_consun_15_de_junho_2014_177.pdf>.

_____. Resolução 408/2015. CONSEA. Sobre a inclusão de libras no curso de Pedagogia de Ji-Paraná. Unir, 2015.

_____. Portaria 794/2016. Renovação e reconhecimento do curso. Disponível em: <
<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/133473374/dou-secao-1-15-12-2016-pg-43>>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

UNESCO. Fundamentos da nova educação (Relatório Delors 1996). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf>>.

6. ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE A - Normas para a confecção da Monografia de Conclusão de Curso

1 O aluno deverá:

- a. Matricular-se na disciplina;
- b. Escolher um tema relacionado ao campo de pesquisa da área e um orientador;
- c. Estabelecer um cronograma de trabalho e encontros com o orientador;
- d. Desenvolver o projeto de pesquisa apresentado e referendado pelo orientador;
- e. Elaborar o(s) relatório(s) provisório(s), apresentá-lo(s) e discuti-lo(s) com o orientador, refazendo-o conforme as orientações do mesmo, tantas vezes quantas se fizerem necessário;
- f. Escrever a redação final no formato de Monografia, obedecendo as normas de redação vigente pela Instituição e da ABNT;
- g. Entregar o trabalho final para avaliação da Banca, em duas vias de encadernação simples, dentro do prazo estipulado semestralmente pelo Departamento;
- h. Participar do Seminário de Apresentação Oral do conhecimento construído com a elaboração da Monografia, conforme agendado semestralmente pelo Departamento.

2 O professor Orientador deverá:

- a. Estar disponível para orientação de acordo com o estabelecido pelo Departamento;
- b. Definir seu horário de orientação;
- c. Estabelecer com os seus orientandos uma sistemática de trabalho que contemple: (i) um cronograma de encontros previamente agendados; (ii) horas de leitura e reflexão sobre o tema pesquisado; (iii) horas de pesquisa de campo; (iv) horas de coleta de dados; e (v) horas de orientação individual e coletiva;
- d. Propor o exercício da leitura e da escrita em todas as fases da pesquisa;
- e. Após fazer as correções solicitadas pela Banca, o aluno que obtiver média final 85 (oitenta e cinco) a 100(cem) deve providenciar a entrega de uma cópia digital, gravado em CD/PDF, na Biblioteca Central da Unir – Campus de Ji-Paraná, e aquele que obtiver média final de 60 (sessenta) a 84 (oitenta e quatro) apresentará uma versão final corrigida ao Departamento. Só após a entrega desta cópia definitiva é que o aluno será autorizado a solicitar e retirar seu diploma na Secretaria.



Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal De Rondônia
Campus De Ji-Paraná
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS
Curso de Pedagogia

ANEXO A



Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal De Rondônia
Campus De Ji-Paraná
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS
Curso de Pedagogia

ANEXO B



Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal De Rondônia
Campus De Ji-Paraná
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS
Curso de Pedagogia

ANEXO C



Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal De Rondônia
Campus De Ji-Paraná
Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS
Curso de Pedagogia

ANEXO D